

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO

JOSANY LEME DA SILVA BATISTA

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
SALA DE LEITURA NAS ESCOLAS DA DIRETORIA DE
ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Presidente Prudente
2015

JOSANY LEME DA SILVA BATISTA

**ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
SALA DE LEITURA NAS ESCOLAS DA DIRETORIA DE
ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Infância e Educação

Orientador: Prof. Dr. Odilon Helou Fleury Curado

Presidente Prudente
2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Batista, Josany Leme da Silva.
B337f Organização e funcionamento do programa sala de leitura nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente
/ Josany Leme da Silva Batista. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015
97f.

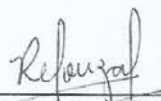
Orientador: Odilon Helou Fleury Curado
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1.Programa Sala de Leitura. 2.Leitura. 3. Mediação. I. Batista, Josany Leme da Silva. II. Curado, Odilon Helou Fleury . III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Organização e funcionamento do programa sala de leitura nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Odilon Helou Fleury Curado
(ORIENTADOR)



Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza
(FCT/UNESP)



Prof. Dr. Thiago Alves Valente
(UENP/PR)



JOSANY LEME DA SILVA BATISTA

PRESIDENTE PRUDENTE (SP), 23 DE OUTUBRO DE 2015.

RESULTADO:

Aprovada

A biblioteca escolar trará benefícios para o contexto escolar se não for tratada como peça decorativa, mas como um organismo vivo que emana para toda a comunidade escolar possibilidades distintas de conhecer, de sedimentar o que já se sabe, de refletir e ampliar a compreensão de mundo dos alunos (SILVA, R. 2009, p. 118).

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente

A Deus

À Minha Família

Ao Murilo

Aos meus amigos

Ao meu orientador, professor Odilon

Ao professor Thiago Alves Valente e a professora Renata Junqueira que fizeram parte da minha banca de qualificação e de defesa e me ajudaram a aprimorar este trabalho

À professora Berta Lúcia por todo incentivo e apoio

À Diretoria de Ensino de Presidente Prudente, todas as escolas e professores envolvidos.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha “Infância e Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação da FCT/Unesp, Presidente Prudente/SP, e, por essa razão, visa a compreender como o programa *Sala de leitura*, implantado no estado de São Paulo desde 2009, funciona nas escolas estaduais da diretoria de ensino de Presidente Prudente/SP. Para tanto, procura-se entender quais fatores são necessários para que esse espaço se fundamente na atividade que lhe justificou a criação. Um espaço reservado à organização de uma biblioteca escolar existe nas unidades de ensino e está embasado em princípios legais, por isso, precisa atender às atribuições para as quais foi criado, ou seja, servir como lugar que oportuniza o acesso a livros e a outros materiais de informação e fruição. Há pouca literatura sobre essa questão. Embora o programa *sala de leitura* esteja em vigor no Estado de São Paulo desde 2009, nenhum estudo relevante buscou mapear as escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente, examinar as ações de leitura que ali ocorrem e traçar o perfil do profissional que atua neste ambiente. Para efetivarmos esse estudo, realizamos, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, momento em que refletimos sobre a legislação que rege o programa da *sala de leitura* e os critérios de seleção e atuação do profissional que ali exerce a sua função. Posteriormente, aplicamos um questionário com todos os mediadores de leitura a fim de analisar o perfil deste profissional e refletir sobre as ações de leitura que ali ocorrem, bem como sobre a utilização do acervo e o funcionamento do espaço. Mediante a análise do material, das observações e das respostas dos que participaram do questionário, constatamos que o programa busca sistematizar a prática da leitura na escola. As leis e os momentos de leitura estão caminhando para a formação integral do leitor, mas o espaço ainda requer um olhar mais atento e um acompanhamento mais minucioso.

Palavras-chave: educação; programa *Sala de leitura*; leitura; mediação de leitura.

ABSTRACT

This paper is entailed to the research line “Childhood and Education” of the Pot-Graduation Program in Education of FCT/UNESP, Presidente Prudente, and for this reason it aims to understand as the *Sala de Leitura* (reading room) program, implemented in São Paulo State since 2009, works in public schools from the Regional Board of Education of Presidente Prudente – SP. For this purpose it is pivotal understanding which factors are necessary for this space to consolidate in its activities, once they were the justifying of its creation. In the schools, there is an area reserved to the organization of a school library based on legal principles, for this reason it must meet the assignments for what it was created, in other words, being a place which provides access to books and other materials for information and enjoyment. There is little literature that approaches this issue, even though the program exists in São Paulo State since 2009, no relevant studies sought to map the schools from the Regional Board of Education of Presidente Prudente, analyze the reading actions that happen in there and trace the profile of the professional who works in this environment. In order to implement this study, it was first developed a bibliographical research, which consisted of moment to reflect about the legislation which rules the *Sala de Leitura* program and the selection and performance criteria of the professional who works in this space. Afterwards, a questionnaire was applied to all reading mediators in order to analyze the profile of this professional and reflect about the reading actions that take places in the room, as well as the use of the book collection and the space functionality. Through the material analysis, observation and answers from the ones who took part in the questionnaire, it was testified that the Program aims to systematize the reading practice at school. The laws and reading moments for reading are addressed to the integral reader’s education, but the space still requires a closer look and a more accurate follow up.

Key words: Education, *Sala de Leitura* program, reading, reading mediation.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1: O CAMINHO	15
1.1 Processos Metodológicos	25
1.2 Questionário	29
CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
2.1 Biblioteca escolar	31
2.2 Leitura.....	36
2.3 Mediação	44
2.4 Legislação	47
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS SALAS DE LEITURA NO ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE	53
3.1 Entendendo o caso	55
3.2 Análise dos questionários.....	63
3.2. 1 Perfil do professor.....	64
3.2.2 Espaço físico	69
3.2.3 Funcionamento – atividades de leitura desenvolvidas	72
3.2.4 Acervo	75
REFLEXÕES	80
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE	91
ANEXO	955

APRESENTAÇÃO

Sabe-se que em sociedades grafocêntricas, como a nossa, a formação plena do sujeito deve ser preponderantemente guiada e constituída por práticas sociais efetivas de leitura. Pensar neste aspecto para a constituição humana é salientar um lugar que possui a responsabilidade de investir em processos metódicos de formação e capacitação letradas: a escola. Cabe evidenciar, contudo, que somente a existência do espaço não assegura essa formação, já que ele necessita de alguém que possa realizar a mediação entre o livro e o sujeito.

Diante desta assertiva, Silva denota que “a existência de livros disponíveis e de fácil acesso não garante, por si só e necessariamente, o surgimento da leitura enquanto uma experiência de prazer e de conhecimento objetivo da realidade” (2003a, p. 14).

Na escola, o ambiente que propicia organizar leituras e possibilita o contato direto com a informação e com a literatura é a biblioteca escolar, que, por possuir em sua essência um cunho dinâmico, tem por atribuição fundamental estruturar oportunidades que coloquem o sujeito frente aos materiais de leitura.

Neste início é preciso trazer um esclarecimento sobre o conceito que se tem acerca do termo biblioteca escolar. Para tanto, vamos ao encontro de Silva (2009a), que a toma como

[...] um espaço democrático, conquistado e construído a partir do “fazer” coletivo (alunos, professores e demais grupos sociais) – sua função básica é a transmissão da herança cultural às novas gerações, de modo que elas tenham condições de reapropriar-se do passado, enfrentar os desafios presentes e projetar-se no futuro (p. 197).

Para efetivar estas ações, além do acesso aos livros e do espaço que reúne esses materiais, outro fator essencial na formação do sujeito leitor é a presença eficaz de um professor que atue como mediador, como colaborador, na medida em que apresenta o conhecimento¹ ao estudante fazendo-o enxergar o que antes ainda não estava aparente. O educador tem, portanto, a tarefa de encaminhar a leitura expondo para o leitor em

¹ Para Britto, “o conhecimento não se determina pela quantidade de informações que alguém retém, mas, em função da própria história e da produção intelectual humana, pela organização que se faz delas para que sirvam para o entendimento da vida e do mundo”. (2009, p. 202). Essa definição de conhecimento caminhará conosco no decorrer deste estudo.

formação materiais que o ajudarão a conhecer novos assuntos e a expandir seus horizontes (ARENA, 2009, p. 173).

Nesta perspectiva, Britto (2007) reitera:

O educador não é o que conhece uma área de saber e informa o educando, mas aquele que, porque tem maior vivência com a cultura escrita, lidera o grupo, se dispondo a aprender e a fazer com o educando aquilo que também ele sabe e sente necessidade de saber (p. 63).

Essas três peças-chave (livros, espaço e professor mediador) trabalham em conjunto como os eixos condutores desta pesquisa. O elo existente entre essas três bases conduz as discussões acerca da formação do leitor no que tange ao papel da sala de leitura, ao uso do acervo e ao professor mediador.

Esse movimento de leitura e aprendizagem requer um lugar apropriado para o seu desenvolvimento e efetiva realização; assim, a Resolução SE 15, de 18-2-2009, apresenta-nos o espaço que possibilitará o exercício destas ações para a formação do leitor:

fica criada, em cada unidade escolar da rede pública estadual, uma sala de leitura que objetiva oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino:

I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver;

II – espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação crítico, criativo e autônomo.

Compreender tais aspectos da resolução é buscar entender que há uma ligação profunda entre livro, espaço e mediador, que é necessária para a formação do leitor.

Ao destacar essas ideias e discorrer sobre esse tema, reporto-me² aos tempos de escola e aos espaços de leitura pelos quais passei. A leitura me proporcionava uma situação de catarse, mesmo quando as condições não eram as melhores. Ficava entusiasmada ao ver uma prateleira repleta de livros e ao ouvir histórias contadas pela professora.

² Aqui a escrita do texto segue, em alguns momentos, na primeira pessoa do singular, já que a pesquisadora discorre sobre a sua experiência pessoal, naquilo que guarda relação com o objeto pesquisado.

Em casa, eu não tinha uma estante cheia de livros, mas a minha mãe, mesmo sem concluir os estudos, não fez disso um empecilho, pelo contrário, usava outros artifícios, como a televisão e a narração de histórias. Assim, conheci *Rumpelstichen*, a inesquecível *Branca de Neve*, a sofredora *Rapunzel* e as engraçadas cantigas e brincadeiras de roda, encantando-me sempre.

Deste modo, a biblioteca escolar sempre chamou a minha atenção, principalmente porque, quando eu estava na antiga 2ª série do Ensino Fundamental I, estudei em uma escola municipal em Presidente Prudente/SP que prezava bastante os momentos de leitura, tanto que lá existia uma *Sala Ambiente de Língua Portuguesa* (espécie de biblioteca escolar), que armazenava os mais diferentes livros.

Ao chegar à antiga 5ª série, frequentei uma biblioteca escolar que dividia o seu espaço com a cantina e a sala de informática. Tal divisão me angustiava, pois inviabilizava a permanência de alguém ali para realizar uma leitura. Já no Ensino Médio, a regra era tão exacerbada que entre mim e os livros havia um bloqueio: a mesa da bibliotecária. O trânsito por entre os materiais era impedido; escolhia-se num catálogo e a responsável entregava o livro desejado.

Embora houvesse nesse lugar uma rigidez, sentia que eu fazia parte daquele espaço, sentia-me bem naquele ambiente. Entretanto, alguns questionamentos causavam-me inquietações: por que eu não podia procurar nas prateleiras o livro que queria? Por que eu não podia conversar com um amigo naquele espaço sobre a leitura que realizei? Por que os livros estavam tão distantes dos usuários? Guardei essas indagações para mim, pois sabia que um dia isso poderia mudar.

O interessante é que esta situação, característica comum ao cotidiano de uma unidade escolar, contraria o pensamento básico que fundamenta hoje este estudo, cujo princípio é o de que “crianças e jovens precisam experimentar contato direto com as fontes de informação que fazem parte do mundo letrado e ter oportunidade de compreender os usos da escrita em diferentes circunstâncias, observando suas várias funções e características.” (ABREU, 2008, p. 30).

Toda a fantasia e o entusiasmo que a leitura me proporcionava na infância dava lugar ao desânimo e à angústia. Ainda nesta etapa dos meus estudos, prezava-se por um ensino de língua portuguesa centrado na cópia de textos, ensino de gramática descontextualizada, o texto literário sendo usado como pretexto para o ensino da norma-padrão e escrita de texto que nunca mais seriam revistos. Infelizmente eu não enxergava objetivo na disciplina de língua portuguesa, tampouco na leitura de textos.

Certamente essas inquietações motivaram-me a, em 2006, iniciar a graduação em Letras, já que tinha ganhado uma bolsa de estudos na Faculdade de Presidente Prudente (FAPEPE) e precisava escolher um curso. Acabei optando por Letras, apesar de não saber ao certo se era isso mesmo que queria, mesmo que desde pequena sonhasse em ser Professora, admirasse essa profissão e brincasse de “escolinha” com os amigos ou com as bonecas.

Ao final do primeiro termo da Faculdade, o curso foi tomando forma para mim. Fui construindo um significado e, então, entusiasmada, já sabia que continuaria os estudos após a graduação. Durante o curso, conheci a Profa. Berta Lúcia Tagliari Feba, docente exemplar, que acreditou no meu trabalho e me fez querer alçar outros voos, fazendo-me pensar sobre produção de texto, leitura e literatura. Por meio dessas vivências, a minha pesquisa estava começando a ser construída, ainda que de maneira inconsciente.

Então, quando terminei a graduação em 2009, resolvi continuar os estudos e me inscrever numa Especialização em Gestão Educacional promovida pela UNESP, Campus de Presidente Prudente, que começaria no ano seguinte, 2010. Nesse mesmo período já lecionava em uma escola pública de Presidente Prudente, a mesma na qual estudei durante o ensino fundamental II (5ª a 8ª série). Ali me deparei com a biblioteca que, desde quando lá estudei, me angustiava durante a minha trajetória escolar. Agora, munida de novos conceitos e percepções, conseguia entender o quanto aquele espaço era fundamental para a formação do sujeito e o quanto ele ainda não estava sendo usado com esse objetivo.

Foi então que esta pesquisa começou a ganhar forma e fôlego. Como trabalho de conclusão de curso da especialização que estava fazendo, produzi uma monografia orientada pela Profa. Dra. Sônia Maria Coelho, cuja temática era o olhar da gestão escolar para a sala de leitura; desejava entender como estes profissionais planejavam a sala, fazendo-a funcionar. Acreditava, num primeiro momento, que, se a biblioteca escolar fosse vista de perto por seus gestores, o espaço ganharia *status* e seria planejado para atender às necessidades dos estudantes.

Com o intuito de ir além desses objetivos primários, em 2011 me inscrevi nos processos seletivos ao Mestrado na UNESP de Marília e na de Presidente Prudente, mas não fui aprovada. O ingresso, nesta última, só se deu no ano seguinte, em nova tentativa. Na fase inicial do processo seletivo, a banca me arguiu sobre um projeto de pesquisa que tinha a pretensão de entender a função da gestão escolar no planejamento

da sala de leitura. Porém, fui orientada a estabelecer novas metas para o trabalho, não mudando o objeto a ser investigado na pesquisa, mas o olhar sobre ele. Assim, nasceu este estudo, cujos objetivos são sistematizados no quadro a seguir:

OBJETIVO GERAL	Motivações	
Compreender como o programa sala de leitura implantado pelo estado de São Paulo desde 2009 funciona nas escolas estaduais da diretoria de Presidente Prudente	Como as ações de incentivo à leitura ocorrem? Como o mediador de leitura tem realizado a sua função? O espaço ganha diferentes dinamizações? O acervo atende aos anseios dos alunos?	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Motivações	Instrumento
Examinar a legislação que rege a sala de leitura no estado de São Paulo	Qual o aparato legal para as salas de leitura? De acordo com as resoluções, como a sala de leitura e os profissionais devem funcionar?	Análise documental – análise e reflexão de todas as resoluções promulgadas a partir de 2009 que fundamentam o trabalho das salas de leitura
Fazer um mapeamento das escolas da diretoria de ensino que possuem ou não o programa		Leitura do Diário Oficial. Pesquisa no site do Centro de Referência em Educação
Refletir sobre o perfil do profissional que atua na sala de leitura e sobre o espaço da sala de leitura	Qual é a situação deste profissional? Quais projetos de leitura são desenvolvidos na escola e no ambiente? Quais capacitações são oferecidas?	Aplicação de questionário com as 43 escolas da diretoria de Presidente Prudente

O esquema apresentado de maneira singular faz-nos³ enxergar como a pesquisa foi encaminhada e, portanto, quais foram as pretensões para este estudo. Deste modo, é possível visualizar o objetivo geral e os objetivos específicos, as motivações geradas através de cada assertiva e os instrumentos utilizados para alcançar as metas desejadas.

A favor da clareza e da objetividade redigimos essa composição de maneira que o leitor consiga enxergar o fio condutor da escrita e as partes que dele se desdobram. Desta forma, o trabalho aqui apresentado divide-se em três partes.

³ A partir deste momento o uso da impessoalidade é retomado, já que a pesquisa começa a ser estruturada.

A primeira destinou-se à apresentação das motivações, objetivos e justificativa para este estudo, além da metodologia escolhida para fundamentar o trabalho. Aqui foi possível perceber a reflexão realizada acerca do caminho pleiteado e do objetivo deste trajeto para alcançar os objetivos desta pesquisa. Assim, discorremos sobre o método e o questionário que foram realizados, os percalços e os aspectos que favoreceram a condução deste estudo.

O segundo capítulo foi composto pela fundamentação teórica que embasa os pensamentos redigidos nesta composição textual. Neste momento, discutimos especificamente sobre leitura, sala de leitura e mediação, conceitos-chave que nos instigam no desenvolvimento deste estudo.

Depois, partimos para a análise dos dados, que foi apresentada no terceiro capítulo. Nele quantificamos as informações tabulando os dados em tabelas, para que assim pudéssemos analisar e discorrer sobre os resultados.

Ao final, apresentamos os resultados obtidos com este estudo e as relações que foram possíveis de articular entre a teoria e prática, além das indagações que ainda incomodam e mobilizam esta pesquisa. Seguindo, visualizamos, também, as referências que embasaram as reflexões e o questionário aplicado aos professores em anexo.

CAPÍTULO 1: O CAMINHO

A palavra é ponte, é caminho e é através dela que eu me defino em relação ao outro, que constituo minha voz. E, sendo sujeitos, não podemos permanecer sem voz. Voz que é construída por movimentos, por interações e diálogos. A palavra pensada principia uma ação; a leitura quando interage, quando dialoga, traz movimento de sujeitos, com voz e identidade. (CARVALHO, 2008, p. 58).

Na contemporaneidade, diversos meios educativos se estabelecem para promover aprendizagem, conhecimento. Nesta corrente, Amato e Garcia (1989) alicerçam que a biblioteca fundamenta-se na escola como o eixo indispensável para a formação do estudante e para fomentar o processo do ensino e da aprendizagem. Afirma que, para a instituição escolar tornar-se um meio educativo completo, é necessário ter em sua constituição uma biblioteca escolar dinâmica, que produza intervenções nesse contexto.

O processo da aprendizagem aqui descrito é entendido como

o resultado de uma experiência vivida, diretamente vinculada ao trabalho – o “saber” deve ser entendido como a capacidade do indivíduo em responder aos problemas do cotidiano, contribuindo para uma melhoria concreta da vida de uma coletividade” (SILVA, 2009a, p. 197).

Aprender, neste âmbito, é um diálogo constante entre aquilo que se sabe e aquilo que é necessário conhecer. É um processo na medida em que o sujeito usa a sua experiência para então responder àquilo que a sociedade necessita, desenvolvendo-se e trabalhando para um aperfeiçoamento individual e/ou do grupo com o qual se relaciona.

Perante estas afirmações, Silva (2009a) apresenta-nos que é papel da escola, principal instância de formação de leitor, proporcionar acesso à cultura letrada em consonância, também, com os objetivos elencados pela sociedade, isto é, quais são as exigências do mundo atual para que a escola, de acordo com a política educacional, possa utilizar para formar os estudantes.

Oliveira (1997), ao estudar Vygotsky, destaca ainda ser fundamental envolver a criança numa cultura letrada, uma vez que, diante de diferentes usos da leitura e da escrita, desenvolver-se-ão e entender-se-ão com mais eficiência, os usos dessas modalidades da língua.

Ao dialogar este pensamento com Zilberman (2009), observamos que

O papel original da escola, intermediando as relações entre o ser humano e a escrita, amplia-se, convertendo-se na principal ponte entre seu usuário – o estudante, que inicia na infância sua trajetória pelo ensino, já que a escolarização torna-se obrigatória desde os primeiros anos de vida – e a cultura, sendo a aquisição da leitura uma das condições de aprendizagem. (p. 22).

A pesquisadora enaltece ainda serem vários os motivos que colocam a leitura em primeiro plano para o reconhecimento da realidade, já que esta é “a porta de entrada do jovem ao universo do conhecimento” (ZILBERMAN, 2009, p. 22). Salienta, desta forma, que desde a antiguidade o conhecimento era passado de geração em geração por meio de textos escritos com o intuito de formar intelectuais, sábios.

Então, ainda de acordo com Zilberman (2009), com a criação da tipografia, a cultura da escrita e da leitura ficou ainda mais valorizada, uma vez que, por meio desta indústria, os livros, jornais e folhetins começaram a ser organizados e distribuídos; assim, novamente há uma disseminação do conhecimento.

Expandir o conhecimento e possibilitar ao estudante um contato direto com o saber e, além disso, ser competente ao usar essa habilidade, são tarefas que se voltam para o ambiente escolar e para o aprendizado da leitura. Através desta prática, o sujeito alcança independência e observa no espaço escolar momentos que são essenciais para a sua formação e atuação na sociedade. Silva elucida: “a educação encontra a sua razão de ser na vida comunitária e social – os indivíduos se educam na e pela intervenção sobre a realidade cotidiana, a fim de satisfazer as suas necessidades de sobrevivência e convivência social” (2009a, p. 197).

Fundamentando esta pesquisa nestes aspectos, entendemos que assim como menciona Silva (2003b) a educação escolar precisa, então, ser libertária na medida em que pensa em sujeitos livres e os forma para atuar no mundo, para estabelecer relações que os aperfeiçoem.

Por isso, é interessante trabalhar de uma maneira em que a emancipação se encontre em primeiro plano, ou seja, que a escola seja capaz de fazer com que os alunos avancem de maneira autônoma, permitindo a superação de problemas existenciais e levando-os a reflexões sobre os valores que cultivam e, eventualmente, a revê-los.

O sujeito que a escola quer formar pode ser entendido com base neste fundamento:

Acreditamos numa escola que possa formar cidadãos críticos, capazes de utilizar criticamente o conhecimento construído na escola para analisar o real e, diante dele, fazerem as suas opções profissionais, culturais e políticas, de forma consciente, livre e autônoma (SILVA, 2003b, p. 20).

A ele podemos acrescentar que “do domínio da habilidade de ler e da familiaridade com a cultura resultaria a emancipação intelectual do indivíduo, capaz de formar as próprias opiniões, decidir seu destino e elevar-se espiritualmente” (ZILBERMAN, 2009, p. 24).

Os documentos que norteiam a educação brasileira atribuem à leitura o papel essencial de formar autonomia e competência nos sujeitos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394, 20 de dezembro de 1996, estabelece os fundamentos para a educação nacional. Prevê o desenvolvimento pleno do educando, preparando-o para exercer a cidadania e efetivar-se no mundo do trabalho, conforme diz o Art.2º no item *Dos Princípios e Fins da Educação Nacional*:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1).

Na sequência, o Art.3º sustenta que o ensino deve ser ministrado respeitando-se vários quesitos, dentre eles, conforme inciso II, o da “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1996, p.1).

Os itens previstos nesta lei enaltecem as questões de liberdade e exercício da cidadania. É necessário, então, ressaltar que tais comportamentos podem ser aperfeiçoados quando existe uma vivência escolar, uma vez que ser livre e ser cidadão é ter consciência do lugar que se ocupa no meio social, conhecendo suas obrigações e conferindo os seus direitos.

Especificamente, a seção III, inciso I, do Art. 32º estabelece que o Ensino Fundamental tem a obrigação de desenvolver no discente “a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (BRASIL, 1996, p.12).

Este pleno domínio da leitura vai ao encontro do leitor competente, explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), quando assinala que a escola precisa formar um leitor que seja capaz, “por iniciativa

própria, [...] de selecionar, dentre os trechos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua” (p. 47). Um leitor que consiga “utilizar estratégias de leitura adequada para abordá-los de forma a atender a essa necessidade”. (idem).

Deste modo, Serra (2004) afirma que a criança precisa estabelecer práticas constantes de leitura e, assim, qualificar-se na leitura de textos variados e no entendimento da função que estes têm na sociedade para que, deste modo, possa se formar enquanto leitor e exaltar a biblioteca escolar como uma instituição cultural.

A leitura, ao ser entendida como um processo, supõe um leitor competente e dinâmico que busca por meio dos seus interesses compreender o texto, não apenas reconhecendo o código, mas estabelecendo relações dialógicas com o material em questão. Por assim dizer,

A aquisição da leitura atuaria como um mecanismo de inserção social: formando cidadãos plenos que exerçam sua independência e autonomia no seio de uma civilização que privilegia, cada vez mais, a escrita e compreensão do que está escrito (MOURA e ALFREDO, 2005, p. 59).

Tais afirmações vão ao encontro da sala de leitura enquanto centro cultural. Lá, não temos apenas leituras literárias, mas um conhecimento universal que fomenta de maneira adequada a vivência educacional e social do sujeito, visto que as leituras encontradas nas salas de leitura colaboram na construção do pensamento e dos valores.

Freire (2006) colabora com este estudo quando esclarece que a biblioteca, como um centro cultural, não deve permitir que estes espaços funcionem como depósitos silenciosos de materiais, pois a sua função primeira é constituir-se como um centro cultural que, dinamizado, favorece a aproximação dos sujeitos.

É esse reconhecimento da sala de leitura como um grande centro cultural que permitirá ao estudante perceber a função da leitura, da escrita e de qualquer outra forma de linguagem para a compreensão do mundo. Esta habilidade de reconhecer e usar as mais variadas leituras e escritas formará o sujeito letrado de que tanto se tem falado.

Ao definir letramento, Soares (2010) adota um conceito do qual nos servimos neste estudo para considerar a função da escola e da sala de leitura na formação do leitor, pois este conceito dialoga com as atribuições previstas nos documentos oficiais e nos referenciais analisados:

[...] não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente – daí o recente surgimento do termo **letramento** [...] (p. 20).

Para complementar este raciocínio é necessário dizer que ser competente e entender aquilo que envolve os processos de leitura e de escrita diz respeito ao letramento na medida em que o sujeito é capaz de conhecer e reconhecer o uso da língua. Costa entende também que o letramento é o “uso efetivo e competente da leitura e da escrita em práticas sociais concretas” (2009, p. 77).

Por isso, um dos princípios básicos é a ampliação dessa rede de salas de leitura e o acesso aos livros e a outros materiais, proporcionando aos alunos a entrada na cultura letrada, ou seja, ajudando-os a entender o funcionamento da leitura e da escrita nas relações sociais.

Assim, “a leitura, como prática sociocultural, deve ser inserida em um conjunto de ações sociais e culturais e não exclusivamente escolarizadas, entendida como prática restrita ao ambiente escolar”. (BERENBLUM; PAIVA, 2009, p. 23).

Em consonância com os argumentos elencados, e tendo como base a LDB (BRASIL, 1996) e o PCN (BRASIL, 1997), o Currículo⁴ Oficial do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010) – outro documento que norteia as ações na Educação Paulista –, implantado na Rede Estadual de Ensino desde 2009, elege, também, competências que são “indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo” (SÃO PAULO, 2010, p.7).

Pensando neste quesito, a competência leitora é uma prioridade deste Currículo que se fundamenta nos anseios atuais e busca, por meio das áreas do conhecimento, formar estudantes que consigam conviver numa cultura letrada.

Desta forma, a leitura é uma modalidade da língua que precisa ser exercida com rigor na escola. Espera-se, de acordo com o Currículo (SÃO PAULO, 2010), que o desenvolvimento desta habilidade forme sujeitos que pensem de maneira autônoma.

Para começar, sustenta que a linguagem constitui o ser humano e medeia todo o processo da aprendizagem, por isso, é por meio deste instrumento que a leitura é trabalhada e entendida no contexto escolar.

⁴ A título de explicação diz-se que “Currículo é a expressão do que existe na cultura científica, artística e humanista transposto para uma situação de aprendizagem e ensino” (SÃO PAULO, 2010, p. 11).

Para o Currículo, “a linguagem é constitutiva do ser humano. Podem-se definir linguagens como sistemas simbólicos, instrumentos de conhecimento e de construção de mundo, formas de classificação arbitrária e socialmente determinadas” (SÃO PAULO, 2010, p. 14).

Sendo um sistema simbólico, a linguagem incorpora o social e representa o pensamento humano (OLIVEIRA, 1997). Por isso, o documento esclarece que dominar as regras gramaticais não garante a plena inserção do sujeito no mundo letrado, já que ter tal domínio não quer dizer saber usar os textos.

A mesma situação pode ser descrita se pensarmos que um grande número de leitura realizada na biblioteca tende a garantir a formação de um sujeito leitor; contudo, essa leitura muitas vezes não ocorre. A propósito, de acordo com o Currículo

O desenvolvimento da competência linguística do aluno, nesta perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão, mas, principalmente, no domínio da competência performativa: o saber usar a língua em situações subjetivas ou objetivas que exijam graus de distanciamento e de reflexo sobre contextos e estatutos de interlocutores, ou seja, a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística, no âmbito dos inúmeros discursos concorrentes. (SÃO PAULO, 2010, p. 15).

Saber usar a língua está associado ao exercício da cidadania, já que fazemos parte de uma cultura letrada que cobra uma compreensão efetiva do código e uma autonomia na aprendizagem. Neste aspecto, Oliveira esclarece:

Como a escrita é uma função culturalmente mediada, a criança que se desenvolve numa cultura letrada está exposta aos diferentes usos da linguagem escrita e a seu formato, tendo diferentes concepções a respeito desse objeto cultural ao longo de seu desenvolvimento. (1997, p. 68).

Desta forma, ler vai além da escola, mas, é neste ambiente, sumariamente, que esta habilidade será ensinada e construída. A leitura deve efetivar-se como atividade constante na escola, e um ambiente que colabora bastante com isso é a sala de leitura.

Para Galvão (2004), o contato com materiais desde a infância proporciona na vida adulta níveis de alfabetismo não vistos em outros que não puderam passar por

essas interações. Neste espaço, o repertório cultural é aprimorado, pois o contato com os mais variados textos podem proporcionar reflexão e crescimento.

Campello (2008), ao discorrer sobre a função da biblioteca escolar em relação aos PCNs, argumenta que este espaço, ao reunir uma vasta diversidade de textos, possibilita a formação do leitor, que, além de decodificar códigos, interpreta textos e desenvolve práticas de intertextualidade.

Desta forma, é possível tornar-se um leitor criativo, uma vez que “interpreta um texto à luz do seu contexto, estabelecendo relações entre as ideias produzidas e a vida concretamente vivida em sociedade” (SILVA, 2005b, p. 41).

Por isso que, durante a trajetória escolar, a unidade de ensino precisa fornecer aos alunos momentos que os formem enquanto leitores; deste modo, vários procedimentos (momentos) de leitura são elencados no Currículo:

- ler, em situação pessoal, textos que, no cotidiano, são escolhidos pelo leitor de acordo com seu interesse, em busca de divertimento, de informação e de reflexão (esferas artístico-literária, de entretenimento, jornalística e publicitária);
- ler textos relacionados à vida pública, que, no cotidiano, são utilizados para atender a uma demanda institucional predefinida ou a ela respeitar (esfera institucional pública);
- ler, em situação de trabalho ocupacional, textos que, no cotidiano, são utilizados para fazer algo (esfera ocupacional);
- ler, em situação de educação formal, textos que, no cotidiano, são prescritos para o ensino-aprendizagem de determinado assunto ou conceito (esfera escolar e de divulgação científica). (SÃO PAULO, 2010, p. 16-17).

Vão ao encontro da sala de leitura e da cultura letrada exposta no Currículo essas leituras de interesse do sujeito, entretendo-o e divertindo-o; leituras que perpassam a vida pública, leituras que o levam a pensar no mundo do trabalho e no exercício da profissão, leituras de divulgação científica que giram em torno do mundo acadêmico e instigam o sujeito a pensar na continuidade dos estudos (SÃO PAULO, 2010).

No ambiente da biblioteca essa multiplicidade de leituras é oferecida, e o acervo garante esse acesso, esse contato. O Currículo (SÃO PAULO, 2010) evidencia esse rol de leituras, e os outros documentos apresentados também falam sobre esse aspecto conforme foi possível notar.

Assim, “pelo exposto, pode-se concluir que, criar alunos pensantes, leitores críticos, formadores de opinião e, principalmente, crianças que sintam necessidade de

literatura – para dar forma aos sentimentos e à visão do mundo -, é função do programa de leitura” (SANTOS e SOUZA, 2009, p. 113).

Desta forma, a leitura apresentada pelo Currículo (SÃO PAULO, 2010) perpassa três grandes áreas: a da formação, da informação e da comunicação. Ou seja, a leitura promovida pela escola precisa ir ao encontro dessas três grandes necessidades que o meio social exige do estudante.

Como processo de formação, a leitura caminha por entre as leituras de informação e de comunicação. Em um primeiro momento, a leitura é concebida como o processo de reconhecimento do código (decodificação), sendo depois usada para transmitir uma mensagem, ou seja, informar e, assim, ser possível formar. Isto quer dizer que depois de identificar, entender o que está escrito, o leitor se posiciona perante esse material, por isso que temos a formação: o estudante busca relacionar o que foi lido com as suas experiências a fim de aprimorá-las, desenvolvê-las.

Tal pensamento é corroborado por Arena (2009) quando o autor explicita que a prática da leitura passa por três grandes etapas, para ele nomeadas como a leitura, a compreensão e a interpretação. Ler, num primeiro momento, como foi dito, é decodificar, depois compreender superficialmente o que está sendo exposto para posteriormente poder interpretar, ou seja, inferir, estabelecer conexões de maneira crítica.

Neste mesmo viés, Leffa complementa:

A leitura é um processo feito de múltiplos processos, que ocorrem tanto simultânea como sequencialmente; esses processos incluem desde habilidades de baixo nível, executadas de modo automático na leitura proficiente, até estratégias de alto nível, executadas de modo consciente. (1996, p. 18).

Por isso, ler, para o Currículo (SÃO PAULO, 2010), é interpretar, compreender, antecipar, relacionar, argumentar. Tais palavras-chave impulsionam o discente a pensar na leitura que realiza, nos materiais de leitura com os quais mantém contato, materiais que subsidiam o trabalho do professor da sala de leitura, uma vez que ajudam a organizar o trabalho e dinamizar o ambiente, refletindo acerca dessas concepções, que fazem parte de uma definição de leitura e são apresentadas pelo Currículo Oficial do Estado (SÃO PAULO, 2010).

Desta forma, a sala de leitura deve ser dinamizada tendo como base esses aspectos e a formação dos sujeitos. Não é interessante ter um ambiente superordenado e silencioso se as manifestações propostas por essas leituras não acontecem. Aqui o aluno precisa deixar de ser um mero reproduzidor dos discursos ouvidos, aprendidos, e passar a pensar na construção do seu saber, na busca por esse saber.

Anteriormente a função da escola era apenas alfabetizar os alunos fazendo com que eles dominassem os códigos. Com a elaboração da LDB (BRASIL, 1996) e do PCN (BRASIL, 1997), há uma mudança de paradigma, no olhar. A linguagem, antes vista como mera expressão do pensamento ou instrumento de comunicação, passa a ser entendida como forma de interação. Nesta vertente, Bezerra esclarece:

Ou seja, o homem transforma e é transformado nas relações produzidas em determinada cultura. Mas sua relação com o meio não se dá de forma direta, ela é mediada por sistemas simbólicos que representam a realidade; e a linguagem, que se interpõe entre o sujeito e o objeto de conhecimento, é o principal sistema de todos os grupos humanos. (2010, p. 40).

A linguagem é o sistema simbólico que fundamenta e faz funcionar todo e qualquer grupo social (OLIVEIRA, 1997). A leitura, especificamente, é a modalidade refletida nesta pesquisa que tem como objetivo geral compreender como o Programa *Sala de Leitura*, implantado pelo estado de São Paulo desde 2009, funciona nas escolas estaduais da diretoria de ensino de Presidente Prudente.

Visa identificar, também, como as ações ocorrem neste espaço destinado à leitura e apresentar a função do profissional que atua nesta ambiente enquanto mediador de leitura.

No cenário acadêmico, busca-se contribuir para as pesquisas na área da leitura, sala de leitura e mediação, visto que pouco material foi produzido sobre esta temática conforme podemos analisar no quadro abaixo. Vale ressaltar que as informações que fundamentaram a realização desse quadro foram colhidas do banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os materiais escolhidos para leitura e ilustração mantêm relação direta com a pesquisa, pois apresentavam em seu eixo temático palavras-chave como: biblioteca escolar ou sala de leitura.

ANO	NÍVEL	TÍTULO	ALUNO	ORIENTADOR	LOCAL
2009	Mestrado	Mediadores de leitura: a prática em escolas municipais de Presidente Prudente	Denise Alexandre Perin	Profa. Dra. Renata Junqueira de Souza	FCT-Unesp
2010	Mestrado	Biblioteca Escolar e Políticas Públicas de incentivo à leitura: de museu de livros a espaço de saber e leitura	Janaína Guimarães	Prof. Dr. Cristinão Amaral G. Di Giorgi	FCT-Unesp
2011	Mestrado	A leitura e a Biblioteca Escolar: o caso da rede estadual de São Paulo	Valdirene Rodrigues de Carvalho	Patrizia Piozzi	Unicamp
2011	Doutorado	Espaço de livro e leitura: um estudo sobre as salas de leitura de escolas municipais do Rio de Janeiro	Cláudia Pimentel	Patrícia Corsino	UFRJ
2012	Doutorado	Salas de leitura da rede municipal de ensino de São Paulo: caminhos possíveis para redimensionar seu funcionamento		Idma Semeghini Prospero Machado de Siqueira	USP

Especificamente a pesquisa aqui desenvolvida teve a intenção de discorrer acerca da legislação que rege a sala de leitura e, para isso, foram realizadas análises sobre as resoluções e estas foram apresentadas no decorrer do texto.

Refletir sobre a mudança de biblioteca escolar para sala de leitura e as implicações que esta mudança trouxe para a real função da biblioteca foi outro objetivo deste estudo. Aqui, voltamos o nosso olhar para o exercício do bibliotecário, que hoje fica a cargo de um professor geralmente readaptado⁵.

Fazer um mapeamento das escolas que possuem ou não o Programa *Sala de Leitura* também foi um item elencado por este trabalho. Para tanto, o site do *Centro de Referência em Educação (CRE) Mario Covas* foi usado, já que lá podemos encontrar uma lista com o nome das escolas já contempladas com o programa.

⁵ Encaixa-se nesta nomenclatura o profissional que, por algum motivo, sofre uma alteração na capacidade de trabalho, por modificação do estado de saúde física e/ou mental, comprovada mediante inspeção médica. A Resolução SE-12, de 18-3-2014 esclarece as atribuições para este professor.

A pesquisa buscou também fazer um levantamento sobre o perfil do profissional que atua na sala de leitura e, para esta reflexão, um questionário foi aplicado pensando em questões que nos levassem a perceber quem é o profissional que está na sala e como o espaço funciona.

A título de explanação justificamos que os termos “biblioteca escolar” e “sala de leitura” aparecerão no decorrer da escrita de maneira enfática; entretanto, cabe ressaltar que quando fizermos menção ao programa existente no estado de São Paulo, à função deste espaço e às ações de leitura que lá acontecem, usaremos o termo “sala de leitura”. Por outro lado, quando citarmos os teóricos e nos referirmos ao centro cultural que deve ser preservado e estruturado, utilizaremos a nomenclatura “biblioteca escolar”.

A expressão “sala de leitura” passou a ser usada por Darcy Ribeiro a partir de 1985 por não existir mais nas bibliotecas o profissional especializado (Bibliotecário). Desde então, professores ou outros profissionais passaram a exercer tal função e fazer com que o lugar atenda aos anseios das práticas pedagógicas promulgadas pela escola e pela função que estão exercendo.

As salas de leitura foram criadas inicialmente pelo Programa Especial de Educação (PEE) do Estado do Rio de Janeiro, quando Darcy Ribeiro era secretário de Educação. Em 1985, Ribeiro preconizava a escola pública de horário integral, criando os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), cuja proposta concebe a biblioteca como um “valioso instrumento pedagógico”. Ribeiro propõe várias frentes de trabalho, entre elas “a realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização para professores que exerçam a função de bibliotecários escolares” (RIBEIRO, 1986, p.125 apud PIMENTAL, 2011, p. 113).

1.1 Processos metodológicos

Os caminhos que percorremos para chegarmos aos objetivos elencados anteriormente nos levaram a pensar em métodos eficazes que, neste momento, deram suporte e direção ao nosso trabalho. Cabe aqui não apenas detalhar minuciosamente as técnicas utilizadas, pois pensar os procedimentos metodológicos não é seguir uma receita, alcançar com exatidão os objetivos requeridos, visto que trabalhamos com pessoas, seres sociais dotados de história e cultura.

Sendo assim, a ênfase desta seção é refletir acerca do percurso trilhado para respondermos de maneira adequada aos objetivos deste estudo. A respeito do método, Lakatos e Marconi informam ser ele

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (1985, p. 81).

As salas de leitura foram analisadas como ambientes em constantes transformações, isto é, ambientes em processo, formadas por pessoas, inclusas em um sistema governamental que sofre influência em sua formação e em seu funcionamento. Por isso, analisá-la e compreendê-la requer olhar para esses itens que estão inerentes à sua estrutura, planejamento e prática.

A pesquisa, realizada no município de Presidente Prudente, situado no oeste paulista, teve como foco analisar as salas de leitura existentes em todas as escolas estaduais pertencentes à diretoria de ensino da cidade. Embora nela se centralize nosso interesse, convém dizer que esta diretoria também se responsabiliza pelas escolas dos municípios adjacentes, quais sejam, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Indiana, Martinópolis, Regente Feijó, Santo Expedito, Taciba e Pirapozinho.

Num primeiro momento, a pesquisa bibliográfica foi necessária para reconhecermos a função da sala de leitura, o que a caracteriza, quais os critérios de seleção do professor que atua na sala e o que se espera que este profissional realize durante o seu trabalho.

Este exercício fundamenta a análise documental, já que possibilita o reconhecimento da legislação que rege este espaço e privilegia, então, a percepção do que legalmente deve acontecer dentro deste ambiente.

Este primeiro estudo deu suporte à pesquisa e ao entendimento do espaço, porque refletimos sobre as atribuições destinadas à biblioteca escolar no seu aspecto micro se pensarmos nas legislações para o estado de São Paulo, e em seu aspecto macro, quando discorremos sobre a Lei 12.244 (BRASIL, 2010), além do Manifesto para a Biblioteca Escolar (BRASIL, 1999) e de outros referenciais.

Após esse momento, realizamos um mapeamento das salas de leitura de toda a diretoria de ensino buscando identificar as escolas que já possuem o programa, as que ainda não foram contempladas e aquelas que já possuem, mas não tem um professor para o espaço.

Esta tarefa, por sua vez, poderá dar suporte a pesquisas futuras, já que este tipo de trabalho ainda não foi realizado nesta diretoria, ou mesmo nas escolas estaduais do

estado de São Paulo, como percebemos na pesquisa realizada no banco de tese da CAPES.

Também poderá servir de base para a própria diretoria de ensino, pois permitirá visualizar e refletir sobre como está a situação das salas de leitura desta cidade e das cidades jurisdicionadas a esta diretoria, colaborando, desta maneira, com a supervisora de ensino responsável por esse ambiente e com o analista sociocultural⁶, profissional que auxilia os professores que estão na sala de leitura oferecendo capacitações e mediando os trabalhos.

Um questionário foi aplicado com os professores que atuam nas salas. Com este instrumento, buscamos indicações e regularidades sobre o perfil deste mediador de leitura e sobre o funcionamento do lugar. Aplicamos questionário, pois este se faz necessário para responder ao objetivo estabelecido neste trabalho.

A este respeito, Bervian, Cervo e Silva destacam:

O questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra *questionário* refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche (2007, p. 53).

Sabemos que a aplicação de questionários apresenta muitos aspectos dificultadores, porém, conseguimos com este instrumento quantificar os profissionais atuantes nas salas de leitura, qual o perfil destes professores e como dinamizam e fazem funcionar a sala de leitura.

O conjunto de questões presente no questionário possui uma relação lógica, já que todas fazem remissão ao problema central desta pesquisa, ou seja, compreender como as salas de leitura funcionam. Desta maneira, os itens apresentados na Resolução 70 (SÃO PAULO, 2011) foram elencados como suporte para a formulação das questões, que, assim, giraram em torno do perfil do professor que atua no ambiente, organização do acervo, atividades de leitura realizadas e dinamicidade do espaço.

Por tratar-se de um instrumento rápido para a coleta de dados, os formulários chegaram às escolas via e-mail, diretoria de ensino e pessoalmente. Há essa facilidade

⁶ O DOE 13.03.2013 – Seção I – p.157, juntamente com as Instruções Especiais SE Nº 01/2013, dispõe sobre os requisitos necessários para exercer a função de Analista Sociocultural, apresentando as atribuições básicas e os itens exigidos para a composição do cargo. Ver Anexo (página 96).

neste percurso, posto que o material é entregue simultaneamente para todos os envolvidos.

De acordo com Bervian, Cervo e Silva (2007), com a utilização deste instrumento os sujeitos sentem-se mais confiantes em responder aos itens, pois, sendo a resposta impessoal, acabam falando/escrevendo com mais veracidade sobre o que é questionado, por isso, as informações coletadas tendem a ser mais próximas do real.

O questionário apresentava questões fechadas, em sua grande maioria, o que nos trouxe a precisão que a pesquisa requeria. Apresentou, também, questões abertas, o que nos trouxe algumas/pouquíssimas irregularidades, já que pudemos perceber que, apesar de os envolvidos não tomarem conhecimento sobre o material do outro, responderam a essas questões de maneira bastante semelhante. Novamente, Bervian, Cervo e Silva assinalam que

É necessário estabelecer, com critérios, as questões mais importantes a serem propostas e que interessam ser conhecidas, de acordo com os objetivos. Devem ser propostas perguntas que conduzam facilmente as respostas de forma a não insinuarem outras colocações. (2007, p. 53).

Privilegiar a leitura no espaço escolar foi um dos fundamentos analisados por esta pesquisa, visto que ler possibilita promover a construção de conhecimentos e a formação de pessoas mais críticas e capazes de transformar o ambiente no qual estão inseridas. “Daí a necessidade de o espaço escolar apresentar ambientação rica para a produção da leitura, além de exemplos de situações através das quais as crianças possam sentir o real valor do ato de ler na vida das pessoas” (SILVA, 2008, p. 49).

A leitura proporciona essas significações e colabora na edificação dos sujeitos que queremos e dos profissionais de educação que devemos ser para, então, termos uma escola ideal, na qual as ações realmente aconteçam e sejam organizadas coletivamente.

Para Silva “a escola, como um espaço social de estudo e de trabalho, deve quebrar a cadeia de dependências que a tem caracterizado, mobilizando a coletividade e facilitando-lhe a aquisição de conhecimentos e dos instrumentos necessários para o seu autocontrole” (2009a, p. 197).

Portanto, a escola em sua essência não deve ser uma instituição estática ou um receptáculo inconsciente de órgãos superiores. Em sua coletividade, e por ser esse espaço social, deve trabalhar com a intenção de construir a autonomia, isso quer dizer

que é necessário compreender o ambiente no qual está inserida e, perante essa realidade, buscar consolidar a sua própria história.

1.2 Questionário⁷

Ao escolher um caminho para chegar ao(s) resultado(s) esperado(s) sabemos que muitos percalços costumam ser encontrados e ficam aparentes. Nesta pesquisa, não foi diferente.

Optou-se, desde o início, por aplicar um questionário com todos os professores da sala de leitura. Tal instrumento, neste caso, parecia-nos suficiente e eficaz na motivação para a análise e reflexão a respeito desse espaço, possibilitando a obtenção de informações quantitativas ao objetivo central deste estudo.

Com base nestes aspectos, buscou-se estruturar um questionário que contemplasse, em suas questões, os quesitos apresentados na legislação. Sendo assim, ele apresentou questões relativas ao perfil do professor da sala de leitura, espaço físico, atividades de leitura desenvolvidas e utilização do acervo.

No item *perfil*, as perguntas direcionavam o pesquisador a conhecer o professor que trabalha neste lugar, buscando identificar uma idade média dos profissionais, tempo no magistério, situação funcional e a área de formação.

Em relação ao *espaço físico*, a intenção foi a de compreender se o mobiliário e o ambiente são adequados e se o espaço da sala de leitura é próprio, improvisado ou dividido com outros ambientes.

Pensando no *funcionamento*, as questões nos levaram a analisar quantos são os professores que cuidam da sala de leitura, as atividades e os projetos de leitura desenvolvidos, o planejamento anual que se estabelece e como ocorre o acesso aos livros.

No aspecto *acervo*, as questões levaram-nos a reconhecer como o acervo está disposto e qual é o estado de conservação do material.

As *outras questões* presentes no questionário buscaram colaborar com a pesquisa, na medida em que pensam na relação estabelecida entre as ações da sala de leitura e o projeto político-pedagógico da escola. Buscou-se saber sobre as orientações técnicas oferecidas pela secretaria da educação, diretoria de ensino e, por fim, a

⁷ Ver Apêndice 1 (página 94).

avaliação que o professor faz sobre o impacto das ações da sala de leitura para o seu trabalho em sala de aula e uma provável formação do leitor.

O questionário chegou aos professores em maio de 2014 por um caminho que se tem na diretoria de ensino chamado “caixinha” (espaço destinado ao trânsito de documentos). Desta primeira demanda, poucos retornaram. Uma segunda tentativa ocorreu via e-mail e, mais uma vez, não tivemos a devolutiva que esperávamos. Então, ligamos para as escolas e pudemos, assim, ter um resultado mais significativo.

Ao final desse processo, não tivemos 100% de participação, mas 74,4%, número necessário para promover reflexões fundamentais no que se refere à promoção da leitura pela escola, espaço essencial para a formação de leitores.

O material para análise conta com trinta e dois questionários. Algumas devolveram o questionário em branco e justificaram dizendo não ter condições de nos ajudar: alegaram que não possuíam um espaço propício, não tinham sala de leitura, que não tiveram tempo ou que não colaborariam porque a escola já havia participado de muitas pesquisas e os professores estavam cansados.

Para efetuarmos a análise, olhamos apenas para as escolas que foram contempladas com o Programa *Sala de Leitura*. Destas trinta e duas unidades que devolveram os dados, somente duas ainda não possuem o programa; sendo assim, analisamos trinta questionários. O restante, seis escolas, não respondeu ao questionário, e cinco não quiseram participar da pesquisa, conforme explicação supracitada.

CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nenhuma palavra é solitária. Cada palavra remete o leitor ou o ouvinte para além de si mesmo. Haverá tarefa mais significativa para a escola do que esta de sensibilizar o sujeito para desvendar as dimensões da palavra? Por ser assim, trabalhar com a palavra é compreender seus deslimites e apresentar para o leitor um convite para adivinhar o que está obscuro no texto e só ele pode desvendar. (QUEIRÓS, 2002, p. 160).

2.1 Biblioteca escolar

A escola como primeira instância de formação do leitor pode ser evidenciada em Silva quando argumenta que ela

transformou-se na principal agência responsável pelo ensino do registro verbal da cultura. Em outras palavras, o acesso à leitura significa ter acesso à escola para nela e por meio dela obter as competências e os conhecimentos necessários à participação no mundo da escrita e ao exercício da cidadania. (2009a, p. 188)

De posse desta definição, a escola precisa compreender que todo trabalho pedagógico ali realizado com a leitura precisa ser elaborado e refletido, uma vez que é um processo que carrega em seu cerne as motivações para a realização da tarefa, bem como da própria escola, que, sendo uma instituição, abarca no seu fazer pedagógico ações políticas e valores éticos.

Desta forma, Silva entende que “todo ato pedagógico de natureza formativa e informativa, seja ele executado na biblioteca ou na escola é, em essência, um ato político, porque vem sempre carregado de propostos e interesses por parte de quem o executa.” (1999, p. 166).

A sala de aula e a biblioteca escolar são dois espaços dentro da escola,

intencional e esteticamente compostos para se tornarem lugares da cultura e da memória, onde se passem imagens inesquecíveis para os que se fazem presentes neles, imagens escritas, visuais ou (áudio)visuais que atuem como *agentes* no processo de construção do conhecimento (SILVA, FERREIRA e SCORSI, 2009, p. 56-57).

Pensando nisso o espaço é formado com o objetivo de se trabalhar com a pluralidade, com o diverso, já que as diferentes leituras reunidas num mesmo ambiente proporcionam a possibilidade da formação (cf. SILVA, FERREIRA e SCORSI, 2009).

A biblioteca, na escola, responsável por reunir os mais diversos materiais de leitura, responsável por mediar seus momentos e proporcionar dinâmizações,

ganha destaque como espaço de estudo e de acesso ao conhecimento elaborado. Sua razão de ser não é a de estimular a leitura pura e simplesmente, qualquer que seja, sendo confundida com espaços de lazer e entretenimento. As leituras que nascem das relações cotidianas e dos interesses mais imediatos têm outras funções as quais prescindem de acervos organizados (BRITTO, 2009, p. 201).

Espaço que ganha várias definições e esclarecimentos dependendo do ponto de vista, mas que não deve deixar de ser analisado como um local que colabora com as práticas educativas e que tem por responsabilidade primeira a motivação para a formação do sujeito leitor.

Etimologicamente o termo biblioteca quer dizer “caixa de livros”; porém, no universo escolar, esta simples caixa de livros, antes assim denominada, adquire ares de centro cultural para estabelecer-se como o eixo motivador do currículo.

Nóbrega explica:

Na etimologia da palavra *biblioteca* (em grego, *biblion*=livro; *théke*=caixa, armário, denota-se uma imagem a ela constantemente atribuída: um cofre que guarda a memória, o tesouro da humanidade, seu legado, sua herança aos homens que virão. Mas, eterno e comum agir humano, do baú de riquezas só a alguns poucos é revelada a chave para abri-lo e penetrar seus segredos. (2002, p. 121).

Transformar a biblioteca num centro cultural capaz de organizar em um mesmo lugar diferentes linguagens, diferentes textos que dialoguem na medida em que chamem a atenção de seus usuários, fazendo com que o espaço funcione e atenda às funções às quais se destina são características essenciais deste espaço enquanto construção histórica e cultural.

Sob esse prisma Milanesi destaca que “a biblioteca, passa a exercer a sua função, deixa de ser um acervo milenar passivo e passa a ser um serviço ativo de informação” (2002, p. 77).

Para tanto, dentro do universo escolar, o espaço destinado à biblioteca, foco principal deste estudo, carece de uma dinamicidade para envolver, assim, os sujeitos que fazem parte deste contexto, por isso, precisa se preocupar com a qualidade do acervo e do serviço que é exercido a fim de promover um espaço planejado e organizado democraticamente (SILVA, 2003a).

Por estes motivos, a biblioteca escolar passa a existir por sua ação dinamizadora, difundindo informação e beneficiando àqueles que enxergam a leitura como passaporte para o aprimoramento e expansão dos estudos.

A sala de leitura deve estar estruturada para favorecer condições de leitura. Essa organização a caracteriza como parte integrante do processo de aprendizagem, e não como um mero espaço que guarda livros. Espera-se, diante desse fato, que esse caminho para a formação do leitor aconteça e desenvolva, também, a autonomia para o estudo e a pesquisa.

Silva sustenta que

no interior da escola, a biblioteca é potencialmente um dos espaços que mais pode contribuir para o despertar da criatividade e do espírito crítico no aluno, tendo em vista os diferentes tipos de documentos que podem constituir o seu acervo e os variados serviços e atividades que ela pode desenvolver. As informações obtidas na ou por meio da biblioteca escolar podem, portanto, constituir-se em inesgotável fonte de estímulo e inspiração para as iniciativas do educando (2003b, p. 37).

Por isso, Leal postula que “biblioteca não existe para complementar; ao contrário, é o centro do currículo e da escola, de onde devem partir e para onde devem convergir as práticas escolares.” (2005, p. 174).

A sala de leitura mostra-se de maneira democrática, composta e movimentada por muitos, por isso, além de guardar, colecionar e organizar a informação, é preciso que na biblioteca tudo isso seja compartilhado, para que haja uma convivência leitora, uma relação de troca presente no simples empréstimo de um livro, na discussão sobre o exemplar, no passeio por entre as estantes, na acolhida para a indicação de uma leitura.

A sala de leitura na escola é vista como instituição social que forma leitores, visto que, inserida num processo educativo, deve servir como suporte para as práticas educativas e ser o centro dinamizador das ações escolares (AMATO e GARCIA, 1989).

Neste meandro vamos ao encontro de Butlen (2005) quando explana sobre a dinamização da biblioteca escolar destacando que esse processo precisa estar alicerçado

num projeto sistematizado a fim de fornecer meios para que o leitor se forme e desenvolva a autonomia leitora.

Quando funciona dignamente, a biblioteca escolar permite que o estudante seja sujeito do seu processo de aprendizagem, isto quer dizer que não será um mero reprodutor das informações transmitidas pelos livros ou pelo professor, mas de maneira crítica e autônoma se coloca diante dos assuntos e discussões (SILVA, 2003b).

O termo democracia é parte inerente à sala de leitura, pois todos compõem este ambiente, o qual é uma mescla de ações educativas que culminam em um bom planejamento e funcionamento do espaço em que há o acervo de livros. Desta forma, “cabe ao profissional em atuação na biblioteca escolar torná-la objeto de reflexão e espaço de participação para todos os segmentos da escola e da comunidade na qual ela se insere” (SILVA, 2003b, p. 77).

Neste local, o acesso à informação deveria ser realizado sem repreensão, expandindo a ideia de que esse pode ser um espaço de leitura e não apenas de cumprimento de exercícios escolares, execução de castigos ou local de absoluto silêncio.

Para Silva (2003a), a funcionalidade da biblioteca vai além de um serviço técnico-burocrático, que se fundamenta como um ambiente ativo e dinâmico que preza pela qualidade do acervo e do atendimento, democratizando, assim, o acesso e permitindo ao usuário participar de um espaço planejado previamente.

Em outro tempo, o autor, de maneira ampla, enfatiza que

uma revolução qualitativa no setor educacional envolvendo também a organização e o funcionamento de bibliotecas escolares exige e exigirá *esforço e cooperação* dos administradores, professores, alunos, bibliotecários e membros da comunidade. [...] *esforço* significa atualização política, pedagógica e de conhecimentos; *cooperação* significa partilha na disseminação de uma nova intuição da vida, coroada pelo trabalho (SILVA, 2009a, p. 195).

Entender os vocábulos “esforço” e “cooperação” é voltar ao termo democracia e, em seu sentido global, compreendê-lo como a base para as ações da sala de leitura. É certo que deve existir um responsável para o ambiente; contudo, de maneira igualitária e comum, os sujeitos que estão na escola são colocados como promotores do espaço e de suas manifestações.

Analisar esta assertiva é compreender que a biblioteca escolar é um espaço coletivo que precisa ser constituído coletivamente. Esse envolvimento comum objetiva a formação de processos efetivos e qualitativos de leitura, momentos que começam com o atendimento, conservação do espaço até chegar propriamente ao exercício da leitura.

Silva continua:

a conquista e a organização de uma biblioteca dentro das escolas, recheada de literatura crítica e com serviço democrático de circulação, certamente servirão como um outro patamar educacional para a produção de um ensino de qualidade (2009a, p. 195).

Conforme enuncia Milanesi (2002), “são essas ações que farão da biblioteca não só um lugar de livros e outros materiais apropriados à criança, mas um espaço bem cuidado para a prática de educação sem provas e cobranças” (p. 60).

Dentro da sala de leitura há um envolvimento instantâneo e inquieto com a obra percebida. O leitor precisa decodificar primeiramente, ler imagens, escolher o que mais lhe atrai para que a interação com a obra possa realmente acontecer. Tais fatores solicitam passeios entre os livros, orientações dos mediadores de leitura e, por fim, mas não menos significativo, a relação direta e intensa com o material escolhido.

Com essas relações em movimento, o silêncio provavelmente ficará em segundo plano dentro de uma sala de leitura, visto que será por meio de diálogos reais ou fictícios que o leitor se interessará por aquele ambiente e se familiarizará de modo mais recorrente com o espaço onde as obras estão dispostas.

Arquitetada dentro de uma unidade de ensino, a sala de leitura deve ser usada de maneira interativa (GIROTTI e SOUZA, 2009), permitindo que os alunos procurem e percorram os espaços do ambiente e, para a escola, este deve ser um momento que precisa de planejamento e organização; para isso, os outros lugares da escola devem colaborar para que o local tenha a sumária importância e função requeridas.

A biblioteca propicia o suporte à formação de leitores e apoia algumas tarefas de ensinar (ARENA, 2009). Por isso, de acordo com Silva, Ferreira e Scorsi (2009), o cenário da biblioteca escolar não deve ser um espaço extremamente organizado, resguardado, mas dinamizado para receber a pluralidade, a convivência entre os diferentes materiais e os diferentes sujeitos. Logo, a biblioteca favorece a formação de leitores, integrando-a no projeto educativo da escola.

Nesses moldes, Silva esclarece:

Afinal, a organização, a disciplina, a observação do regulamento não devem ser vistos como os objetivos da biblioteca escolar, mas como condição para que ela alcance os seus reais objetivos, a saber, a promoção da leitura e a democratização do conhecimento registrado (2003b, p. 64).

Não é interessante, então, enxergar e praticar a regra pela regra sem reflexão e entendimento. É necessário que exista um regulamento que organize as ações dentro da biblioteca escolar, mas que essas normas não sejam maiores que a busca em promover a formação de leitor e o livre acesso aos materiais de leitura que ali estão organizados e disponíveis.

2.2 Leitura

O conceito de leitura vem ganhando um novo caráter. O que antes era entendido apenas como decodificação de códigos, passou a ser definido e trabalhado como um processo que fundamenta a formação global do indivíduo, desenvolvendo-o para que consiga conviver e, principalmente, atuar nas diversas esferas que compõem o cenário social (MARTINS, 1988).

O ato de ler associa-se, por vasto período de tempo, ao movimento de formação completa do sujeito, à facilidade para conviver com os demais e à inserção evidente nos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais. Esclarecemos que ler é necessariamente um manifesto do mundo, sequenciado pela imaginação e o repertório individual; portanto, é sabido deixar que tais relações se viabilizem de forma plena (ZILBERMAN, 1984).

Em determinados momentos, a escola sistematiza as atividades de leitura automatizando o ato de ler. Por vezes cobram atividades iguais, suscitando as mesmas funções para a leitura, menosprezando o valor social que possui. Para Silva,

[...] a leitura, enquanto proximidade e convivência com os diferentes tipos de texto, enquanto uma prática encarnada na nossa vida cotidiana, pode muito bem mostrar as contradições presentes nos vários contextos em que vivemos ou nos quais ainda não vivemos, mas queremos viver (2005a, p. 61).

O homem, ao viver socialmente, está abarrotado de composições textuais e nesta interação desenvolve sensações, emoções e pensamentos. Estes aspectos promovem uma emancipação, uma liberdade ao ler, por propiciar relações com vivências anteriores e buscar novas leituras capazes de colaborar na construção de outros conceitos e fruições.

Silva esclarece que

Dar liberdade aos leitores significa ouvir, ou melhor, escutar e aproveitar pedagogicamente os sentidos produzidos através da leitura dos textos propostos, remetendo sempre esses sentidos para a esfera da compreensão cada vez mais refinada e profunda da realidade (2005b, p. 42).

A constante busca por leituras é algo cultural, uma vez que os sujeitos procuram seus direitos sociais de igualdade quando leem, afinal, a leitura, os textos e os livros estão para todos (ou deveriam).

Observando todas essas atribuições, nota-se que a leitura é uma concretização da língua que fundamenta e perpassa as atribuições delegadas à escola. Como vimos, é por meio dessas práticas que o conhecimento é produzido, bem como o sujeito será aperfeiçoado.

Em consequência, temos que o aprendizado da leitura não é singular, tampouco simples, uma vez que a leitura é complexa e composta por várias facetas (ARENA, 2009).

Desta forma, olhar para leitura, estudá-la, analisá-la é o que motiva e conduz essa pesquisa. O estudo aqui expresso tem a leitura como fio condutor essencial para a escola fundar-se realmente como um ambiente educativo. É notório que fizemos um recorte e falamos somente da sala de leitura, porém, apenas com este item vimos o quão importante é a prática da leitura no universo escolar.

Há esse interesse em investigar sobre a leitura, pois se acredita que ela contribui decisivamente na formação do sujeito, em sua criticidade, opinião, criatividade, imaginação, entre outros. Como afirma Martins (1988), a formação plena do sujeito advém de práticas de leitura.

Por isso concordamos com Silva quando diz que ler, num primeiro momento, é “possuir elementos de combate à alienação e ignorância” (2003a, p. 49). Pode ser um pensamento bastante difundido; entretanto, para essa pesquisa, não há outra condição,

uma vez que, de acordo com os documentos que embasam o estudo, todos convertem para estas duas características fundamentais destinadas à leitura, ou seja, lemos para ficar inteirados, sabendo analisar o que vem ocorrendo no entorno social e para nos sentir parte integrante dos processos educativos e sociais.

Silva (2003a) ainda complementa dizendo que “o ato de ler se constitui num instrumento de luta contra a dominação” (p. 49). O sujeito, então, compreende os seus direitos, deveres e o seu papel no mundo.

Assim, o autor enfatiza o que seria a leitura crítica de que tanto se fala: “a leitura crítica é condição para a educação libertadora, é condição para a verdadeira ação cultural que deve ser implementada nas escolas [e nas bibliotecas]. Constatar, cotejar e transformar” (SILVA, 2003a, p. 51).

Em consonância, a 3ª edição do documento *Retrato da leitura no Brasil*, realizado em 2011, reitera que “uma leitura crítica é a que desperta diferentes visões de mundo e da realidade e possibilita criar novos conhecimentos” (FAILLA, 2012, p. 20).

Com estes quesitos em punho, será possível aproximar a educação da liberdade e da emancipação deixando a obrigatoriedade longe dos processos escolares. Zilberman destaca que “a conquista da habilidade de ler é o primeiro passo para a assimilação dos valores da sociedade” (1999, p. 38). Por isso, enfatizamos que a leitura fundamenta todas as atribuições da escola. Cabe a ela então possibilitar a formação do leitor.

Os programas governamentais de fomento à leitura, sejam federais ou estaduais, preocupam-se com a formação dos leitores, dos mediadores, com a difusão e democratização da leitura. De acordo com Klebis (2006), devem existir políticas públicas de fomento à leitura que enalteçam também a formação de leitores e a democratização do acesso à biblioteca.

Quando usamos a palavra democratizar para dizer que é fundamental à leitura possuir também esse sentido, procuramos salientar, em seu cerne, que a leitura, na sua popularização e em seu acesso, faculta ao sujeito a possibilidade de escolher caminhos, de entrar em contato com um número variado de textos e, assim, associar-se aos avanços da capacidade de cada estudante.

Os Cadernos da Ibero-América intitulados *Políticas Públicas do livro e da leitura* veiculam que o exercício da cidadania está intimamente ligado à leitura, tanto que sem esta prática não é possível consolidar o capital cultural e social de um determinado povo.

Sendo assim, o livro é considerado o instrumento primordial para manifestar a identidade, o conhecimento e as experiências de uma dada sociedade.

Em conformidade, as concepções e diretrizes do PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – estudadas por Pszczol (2008) consideram que, para viver em sociedade, saber ler e escrever se torna como uma exigência. Esclarecem ainda que é por meio da prática da leitura que os sujeitos participam ativamente da vida social.

A pesquisadora afirma que o objetivo central do PROLER:

é assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea, para que o indivíduo possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individualmente, seja coletivamente (PSZCZOL, 2008, p. 14-15).

A leitura, para este programa, também vai além da decodificação de palavras, já que, por tratar-se de uma linguagem, caracteriza-se pela exigência de se dominar o conhecimento e a faculdade de estabelecer relações entre o social e o cultural. A leitura precisa ser concebida como um ato que está presente na vida do sujeito e que é necessária para a transformação do pensamento e para o aprimoramento das relações.

A desautomatização e a complexidade são palavras-chave para a prática da leitura e, principalmente, para a formação do leitor, uma vez que a leitura não é inata, tampouco construída a partir do nada; por se um processo complexo requer exercícios constantes que efetivem esta modalidade de forma crítica (YUNES, 2002).

Ainda neste raciocínio, a leitura “é uma prática social que, para ser efetivada, depende de determinadas condições objetivas presentes na sociedade como um todo”. (SILVA, 1999, p. 165).

Em consonância, Soares afirma que

É função e obrigação da escola dar amplo e irrestrito acesso ao mundo da leitura, e isto inclui a leitura informativa, mas também a leitura literária; a leitura para fins pragmáticos, mas também a leitura de fruição; a leitura que situações da vida real exigem, mas também, a leitura que nos permita escapar por alguns momentos da vida real. (2005, p.33).

Deste modo, o seu objetivo primordial é o de formar um leitor crítico que saiba interpretar o mundo, tornando-o um indivíduo que lerá mais e encontrará nessa prática

prazer e cultura. Formar um leitor que compreenda os múltiplos sentidos dos textos que circulam na sociedade.

Para que a leitura torne-se efetiva, o sujeito precisa entender, no contexto em que se encontra, os diversos significados atribuídos aos símbolos da escrita, bem como o uso que a sociedade faz deste material.

Para Leffa, “o texto é uma mina, possivelmente com inúmeros corredores subterrâneos, cheia de riquezas, mas que precisa ser persistentemente explorada pelo leitor” (1996, p. 12).

Sendo assim, a leitura tem a função de levar a pessoa a compreender o que é próprio de cada realidade, percebendo e atribuindo denominações a partir de uma série de situações, momentos e pessoas que tangem determinado espaço obtendo, conforme esclarece Lerner (2002), passaporte ao mundo da cidadania.

Por isso que ler diferentes textos promove no sujeito a aquisição de um bem. Ter a possibilidade de ler é caracterizado como um valor construído, fornecido à pessoa, que poderá, com este instrumento em mãos, passear por diversas situações, reconhecer distintos assuntos e igualar-se a outros que menosprezam a ignorância da sociedade, bem como das pessoas mal informadas que dela fazem parte.

A conquista da habilidade de ler, segundo Zilberman (1999), funciona como o primeiro passo para a compreensão da posição que se ocupa no meio social e a função que se deve exercer também nesse meio.

Com esses conceitos em foco, é necessário retomar que a leitura não pode perder-se em uma simples decodificação de símbolos, imagens ou escritos. É preciso, além de reconhecer esses instrumentos, que o leitor seja capaz de interpretar, conceituar e relacionar essas formas verbais ou não verbais. Dionísio (2005) salienta que ler é mais do que saber usar o código escrito, é entender como se organiza e funciona.

A leitura eficiente leva o leitor a refletir sobre o que está vendo, lendo ou ouvindo; permite que o mesmo desconstrua significados incorporados e reconstrua-os com outras percepções, conferindo ou retomando uma nova postura, com o intuito de desenvolver a capacidade de transformação do meio e realidade em que se encontra.

Dialogando estas afirmações com Mariani, temos que

Quando falamos em leitura, estamos nos referindo a uma prática visceralmente impregnada de linguagem, e quando falamos em leitor, estamos mobilizando uma concepção de sujeito que é,

simultaneamente, afetado por processos ideológicos e inconscientes. (2002, p. 108).

A leitura é um processo de interação, diálogo entre o leitor e o texto, sendo o primeiro um construtor do significado textual a partir das interpretações que faz à medida que lê a composição pleiteada.

Pensar em leitura na escola em múltiplos momentos é associá-la a obras literárias e, conseqüentemente, a professores de língua portuguesa caracterizando a leitura do texto literário como algo primordial e o docente de língua portuguesa como o principal responsável por edificar o processo de leitura de textos. Torna-se irrevogável este fato por tratar-se de um profissional da educação que está mais intimamente ligado com a língua materna e suas particularidades. Por conseguinte, é percebido como o único que deve dominar leituras, promovê-las e cobrá-las.

Apesar de o professor de língua portuguesa ser o profissional mais habilitado, é conveniente reforçar que tal pensamento é errôneo, já que todos os educadores estão próximos e envolvidos com o ato de ler e, portanto, devem colaborar na formação de sujeitos leitores. Deste modo, “o aluno precisa conceber o educador como um parceiro que faz vir à tona os conhecimentos que o leitor tem sobre o assunto e suas expectativas” (ARENA, 2009, p. 173).

Sob esta ótica, Costa (2009) assegura-nos que é essencial “investir no caráter transdisciplinar da leitura, consciente de que ela é a base sobre a qual se assenta todo o conhecimento, em qualquer área” (2009, p. 113).

Nesta vertente, Queirós (2002), ao tratar a função das palavras no campo literário, afirma que não deve haver tarefa mais instigante para a escola do que colaborar com o estudante no descobrimento do significado, na função de cada palavra. Corroborando isso evidenciando que compreender a multiplicidade dada à palavra é tarefa do leitor, que, diante da ausência de clareza de um termo, procura ir além dos limites da palavra.

Consideramos que a leitura é a entrada para diversos mundos, histórias e imaginação, desenvolvendo no ser humano distintas capacidades, além de possibilitar que ele se torne um sujeito letrado. Assim, ele conseguirá ler e escrever, correspondendo às particularidades de cada habilidade e ao uso que a sociedade faz de tais práticas.

É certo que um sujeito que entra em contato com diversos materiais de leitura desde o período da infância, quando adulto, agrega um índice elevado de letramento e alfabetismo, porque terá a tecnologia da escrita aperfeiçoada e incorporada às suas práticas sociais.

Esta afirmação pode ser confirmada com Lerner:

Ler é entrar em outros mundos possíveis. É indagar a realidade para compreendê-la melhor, é se distanciar do texto e assumir uma postura crítica frente ao que se diz e ao que se quer dizer, é tirar carta da cidadania no mundo da cultura escrita... (2002, p. 73).

Sendo uma atividade essencial na concepção e formação do sujeito, a leitura não pode ser conceituada como uma atividade obrigatória, esporádica ou destinada somente aos períodos escolares ou extraescolares com funções avaliativas, para obtenção de menções ou formação da adequada entonação e elevação da voz:

De fato, imposições de padrões de gosto, de títulos a serem lidos em caráter obrigatório, de fichas de leitura a serem minuciosamente preenchidas impedem que os alunos sintam o prazer da leitura. Distorcendo a prática da leitura, o professor afasta o aluno da biblioteca, pois se a leitura torna-se uma obrigação, serão lidos apenas os textos impostos, que valem nota e ajudam na sua promoção escolar (SILVA, 2003b, p. 56).

Oposta a esta realidade, o ato de ler tem a intenção de despertar no sujeito um prazer libertário que eleva anseios e investigações perante o novo mundo que vai sendo construído durante o período da leitura. Segundo Zilberman (2001), essa alteração da visão de mundo faz com o que o sujeito consiga projetar o seu olhar, permitindo que uma transformação aconteça.

O ato de ler concebe primariamente o reconhecimento por parte do sujeito de um código escrito, das combinações de palavras, formações de sequências; adiante, vale-se de interpretar as ideias manifestadas em tal composição textual incorporando sentidos recentes ao que fora lido. Tomando como base o repertório que o leitor possui, este conseguirá promover ações dentro do texto e relacionar com experiências que foram vivenciadas ou conhecidas anteriormente. (CAMPELLO, 2008).

A leitura eficaz é aquela que incorpora saberes, que estende o repertório, aqui entendido como um conjunto de informações, habilidades e instrumentos que

aprendemos a usar e que possibilita o diálogo entre os textos lidos e as experiências vivenciadas. É necessário valorizar a importância do ato de ler, bem como a leitura do livro na escola.

O envolvimento para ler um texto não é algo desencadeado por um fator inato, que é imposto por alguém com mais experiência ou que exige tal prática, e, sim, um despertar cultural que se insere em projetos de vida.

Por conseguinte, ao se enaltecer a atividade de leitura como um exercício advindo da cultura, desenvolvida e elaborada com o passar do tempo, nota-se que o homem leitor é modificado pelas leituras que eventualmente ou constantemente efetua.

A leitura, por isso, é uma atividade interlocutiva que propicia a construção da consciência, do conhecimento do sujeito na medida em que dialoga com o texto, atribuindo-lhe significado e preenchendo as lacunas deixadas pelo material.

Assim diz Leffa: “O texto não contém a realidade, reflete apenas segmentos da realidade, entremeados de inúmeras lacunas, que o leitor vai preenchendo com o conhecimento prévio que possui do mundo” (1996, p. 14).

Sendo uma atividade de produção de sentido, a leitura está sempre em movimento, em transformação, uma vez que, ao interagirem texto e leitor, ganha sentido e efetiva-se plenamente. Arena destaca, então, que “poderia entender que o professor ensina o ato de ler, isto é, o modo como o leitor em formação deve agir sobre o texto para, nesse processo, criar leitura” (2009, p. 168).

Continuando neste raciocínio, a leitura acontece num processo interativo e dialógico: seja entre o livro e o sujeito ou entre os sujeitos. Essa interação propicia “enriquecimento cultural e a consequente ampliação de seus horizontes” (FERREIRA, 2009, p. 82).

Neste aspecto, ao entrar em contato com o texto, o leitor questiona-se “acerca do que já sabe, do que ainda precisa saber e do que precisa rever” (FERREIRA, 2009, p. 83).

Desta forma, a leitura não é empregada como reprodução, mera decodificação de palavras, mas como prática social dialógica que considera o leitor, o texto e a situação como uma tríade fundamental para o seu funcionar, gerando a significação.

Portanto, a leitura é dialógica na medida em que produz, e não reproduz, sentido, no instante em que coloca o leitor em evidência potencializando a sua função enquanto formador, e não como mero decodificador de expressões linguísticas, já que saber ler não significa ser leitor.

2.3 Mediação

Estudar sobre o processo de leitura e suas implicações na formação do sujeito consiste em falar de instâncias que proporcionam encontros com materiais de leitura partindo de mediações plausíveis de efetivação.

A família é a primeira comunidade responsável por apresentar e estimular o gosto pela leitura; de modo secundário, mas não menos importante, temos a escola, que dentro de suas inúmeras atribuições, assume seu papel como uma instituição social responsável pela formação plena do sujeito, incluindo aqui, a formação leitora.

Dentro do ambiente escolar, a leitura é apresentada ao sujeito de diferentes formas, em diferentes momentos e por diferentes profissionais. Entretanto, a intenção de todas essas peculiaridades é a mesma, isto é, permitir que o discente faça parte integrante da escola e que, por meio dos materiais de leitura, estabeleça relação com o mundo que o rodeia, lembre-se de experiências vivenciadas e projete-se no futuro através dos questionamentos advindos das leituras realizadas.

A biblioteca escolar possibilita essa formação; porém, além dos livros e de um ambiente favorável, é necessário ter um profissional que atue neste espaço e que atenda as necessidades dos alunos, efetuando o papel de mediador de leitura de maneira eficaz, isto é, instigando os alunos para a leitura, indicando exemplares que colaborem em sua formação enquanto leitor e promovendo rupturas para que este sujeito se aperfeiçoe enquanto leitor (BORTOLIN e JÚNIOR, 2009).

Deste modo, um novo perfil profissional é exigido para este espaço, ou seja, um profissional que estabeleça a relação do livro com o ensino, dos materiais de leitura com a aprendizagem.

O que antes fazia o bibliotecário, ou seja, organização, devolução e empréstimo de livros, passa a ser também uma das atribuições deste profissional. Na verdade, hoje se

pressupõe um novo perfil de profissional, que possa conduzir as ações de uma biblioteca escolar, ou melhor, que possa liderar práticas de leitura a partir da construção de estímulos a professores e alunos para que participem, efetivamente, desse processo, reestruturado de partilha do conhecimento. (RÖSING, 2005, p. 215).

Ele, capacitado, precisa, de acordo com Amato e Garcia (1989), ensinar o aluno a pesquisar, já que esta é uma das principais atribuições destinadas à biblioteca escolar,

fazendo o estudante compreender que, por meio dos livros, pode existir o desenvolvimento de competências e do conhecimento.

Silva sustenta que todos têm por obrigação cuidar da sala de leitura e que o bibliotecário, por sua vez, precisa ir além de ser apenas um atendente, necessitando “acompanhar todos os passos do processo de dinamização da leitura no contexto da escola”. (1989, p. 32).

Nesse meandro, Queirós (2012) complementa dizendo que exercer a função de mediador de leitura é ir além do exercício obrigatório de uma função trabalhista, mas apresentar ao estudante o encanto que pode vir dos materiais de leitura.

Arena (2009), por sua vez, alerta para o fato de que deixar a biblioteca escolar ou qualquer outro espaço de leitura a cargo do professor readaptado ou não especializado é reduzir o caráter funcional a uma questão apenas administrativa, ou seja, de preenchimento de uma vaga.

Prosseguindo nesta reflexão, Bortolin e Junior (2009) esclarecem que nas bibliotecas das escolas públicas, o bibliotecário (professor que trabalha nesse espaço) muitas vezes tem como função primordial emprestar livros e organizar prateleiras.

Cabe ressaltar que essa liberdade exacerbada, isto é, o não envolvimento e direcionamento por parte do professor, pode não ajudar na formação do estudante enquanto leitor, já que ele necessita de orientação, limites, para que a permissividade não o atrapalhe.

Bortolin e Junior enfatizam que

A biblioteca escolar precisa ser percebida como um ambiente de formação de leitores e pesquisadores, e os profissionais que nele atuam devem criar em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade, porém para isso esses profissionais têm a difícil tarefa de estabelecer o limite entre a permissividade e a autoridade. (2009, p. 206-207).

O professor não deve ser um profissional que seleciona quais obras estarão em um rol literário e que impõe quais exemplares devem ser lidos ou adquiridos, mas precisa ser um facilitador de leitura, mostrando ao aluno quais aspectos fazem parte deste exercício e quais preocupações exigem ser suscitadas para promover realmente a leitura.

O docente funciona como alguém que cativa e desperta o gosto pela leitura (FERREIRA, SCORSI E SILVA, 2009). Sendo assim, não deve ser estabelecida uma

leitura mecânica ou memorizações, mas diálogos entre leituras já realizadas com o mundo e com as vivências do sujeito.

O professor responsável pela biblioteca escolar deve fundamentar o seu trabalho no aspecto colaborativo, buscando fazer com que o estudante, com base na leitura, enxergue a realidade sob diferentes pontos de vista; possa perceber, de alguma forma, que a leitura colabora na sua emancipação como leitor (FERREIRA, 2009), já que, tomando-a como uma prática social, busca nesse exercício uma maneira de se compreender, de se conhecer perante a sociedade.

O mediador deve sempre promover a criação de oportunidades, momentos de leitura que permitam um avanço na formação do leitor (FERREIRA, 2009). Desta forma, o acesso e o contato com diversos textos rompem com pensamentos pré-estabelecidos, propiciando, assim, “desenvolvimento do processo cognitivo” (FERREIRA, 2009, p. 88).

A mediação realizada durante a formação do leitor é um “processo de interferência” (BORTOLIN e JÚNIOR, 2009, p.208), portanto, não é uma ação neutra. Devemos ter em pauta que, ao efetuar o seu papel de mediador, oferece alguns materiais, pensa em algumas atividades e deixa outras em segundo plano.

Por isso, a formação do leitor vai acontecendo conseqüentemente, de acordo com o que o mediador pensa ser mais adequado, coerente (BORTOLIN e JÚNIOR, 2009).

O mediador, portanto, precisa ser “um leitor atento e desprendido de preconceitos, sendo um ‘modelo’ a ser seguido, sem deixar, porém, de manifestar as suas preferências literárias” (BORTOLIN e JÚNIOR, 2009, p.208).

Deste modo, o mediador, ao exercer a sua função, a executa de maneira reflexiva e planejada “de forma a promover no mediando alterações na cognição, na afetividade, na forma de comunicação e na interação social” (BORTOLIN e JÚNIOR, 2009, p.211).

Em definição, fazer com que as crianças desde cedo apreciem a leitura de histórias é uma tarefa do professor ou profissional responsável pela mediação e a criação de um ambiente agradável e convidativo dentro da sala de aula ou de leitura, pois, “o professor é um elemento chave na formação e no crescimento dos leitores ao longo da escolaridade” (SILVA, 2008, p. 21).

2.4 Legislações

Neste momento, o trabalho volta-se para a parte mais sistemática do tema, no sentido de tratar-se de políticas públicas de incentivo à leitura, que não bastam por si só. As políticas públicas valem-se de um aparato governamental que lhes deve subsidiar e profissionais engajados em pôr em prática o que os documentos dizem.

Em contrapartida, a prática, por si só, não valeria também; por isso, essas atribuições são de total relevância para o funcionamento da biblioteca. Por meio delas, o profissional exerce com importância o seu papel de servidor e o estudante faz prevalecer a sua função de pesquisador, de leitor, de sujeito que entende o quão enaltecido para a escola é a biblioteca escolar.

Muitas resoluções, decretos e planos poderiam estar dispostos aqui neste estudo; todavia, a presente pesquisa analisou a fundo somente alguns que, indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, fomentam a discussão e fundamentam os dizeres aqui expostos.

Se olharmos para as fragilidades apontadas pelos estudos sobre a biblioteca, a questão da sala de leitura e das implicações decorrentes, deparamo-nos com a Lei 12.244 de maio de 2010, que, num prazo de dez anos, estipula que o sistema educacional do país deverá dar suporte às escolas, fazendo com que cada uma tenha uma biblioteca e um bibliotecário para fazê-la funcionar.

Em 2010, Fernando Haddad era Ministro da Educação, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República, e juntos sancionaram esta Lei, que “Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” (BRASIL, 2010).

O Congresso Nacional decretou então que instituições escolares, sejam elas privadas ou públicas, contem com uma biblioteca que, para essa lei, em seu Art. 2º, deve ser considerada como um espaço para “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

Ainda nesta Lei, consta como obrigatório um acervo que consiga atingir toda a clientela, isto é, um exemplar para cada matriculado, pelo menos. Julga que cabe ao sistema de ensino no qual se insere a instituição a necessidade de ampliação do acervo perante a sua realidade. Cabe ainda à escola orientar os usuários no sentido de preservação, organização e funcionamento da biblioteca.

A lei ainda ressalta que deve haver um esforço por parte dos sistemas de ensino no intuito de universalizar a construção de bibliotecas escolares em cada instituição de ensino num prazo máximo de dez anos (contatos a partir da promulgação da lei), respeitando-se também a profissão de bibliotecário.

A criação desta lei é válida e necessária, porém, mais do que uma norma e prazos a serem cumpridos, é preciso refletir sobre a função do espaço e quais possibilidades governamentais podem ser oferecidas para a melhoria no funcionamento da biblioteca.

Observar as considerações expostas nas seções anteriores deste trabalho é compreender que, além de a biblioteca ser obrigatória, ela precisa fundamentar um trabalho realmente de promoção da lei, que, muitas vezes, não será realmente eficaz somente com a sua aprovação.

Como vimos, existem outros itens que são primordiais para a realização de um trabalho eficiente na biblioteca. A promulgação desta lei é vista como um primeiro passo para um possível avanço na compreensão deste espaço.

O serviço de informação universal promovido pela biblioteca escolar possibilita ao usuário uma participação ativa na vida social, uma vez que oferece conhecimento, desenvolve a imaginação e apoia o processo de aprendizagem. A biblioteca, primeiramente, foi criada para preservar a história da humanidade; por isso, tornou-se um centro cultural, um espaço de livre acesso à informação.

Tais eficiências são constatadas nas leis aqui dispostas e estabelecem relação com a observação e os questionários que foram aplicados. Foi possível perceber o ânimo visível destes professores, que tentam, por meio de várias ações, formar leitores e comunidades de leitores e, além disso, dialogar as práticas de leitura com o Currículo que rege o espaço escolar, visto que “cabe à escola formar leitores críticos e capazes de tomar decisões sadias diante dos desafios da vida” (SILVA, 2005a, p. 32).

Outra lei de incentivo à leitura é a Lei Federal 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro. Assim, em seu primeiro artigo, discorre acerca da obrigatoriedade do Estado em relação ao pleno acesso ao livro, garantindo a produção e a comercialização deste material, pois, esclarece, é através do livro que a cultura é difundida, o conhecimento é transmitido, a pesquisa é elaborada e a conservação do patrimônio nacional é assegurada.

Dividida em cinco capítulos, a lei dispõe sobre a função do livro, como este objeto pode ser caracterizado, comercializado e difundido. Logo, para efeitos desta lei,

considera-se livro “a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento” (BRASIL, 2003).

Este material deve ser amplamente difundido em todo território nacional; então, de acordo com a Lei, “Cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, ampliar os já existentes e implementar isoladamente ou em parcerias com instituições públicas ou privadas” (BRASIL, 2003).

Instituir uma Lei sobre a Política do Livro é promover o incentivo à leitura proporcionando a ampliação do mercado editorial, a construção de bibliotecas para cidadãos comuns e para deficientes visuais e apoiando o livre acesso ao livro no país.

Por isso que, diante de todos esses argumentos, considera-se o livro material de consumo e não mais permanente, pensando na circulação deste material, na rotatividade produzida pelos empréstimos e nas mudanças feitas nas editoras, nos livros e na sociedade.

O sujeito que está na escola, neste caso, tem direito à leitura. Tal acesso significa o desenvolvimento de habilidades intelectuais, que façam com que o usuário amplie o seu conhecimento de mundo e aperfeiçoe o seu aparato cultural. Desta forma, mais do que possibilitar o acesso aos materiais de leitura é preciso ensinar *como* usar todo este aparato, mostrando ao aprendiz as infinitas condições provenientes dos livros.

Com base nestes fundamentos, a biblioteca deixa de ser um depósito de livro e passa a ser considerada como um lugar movimentado, gerador de criticidade. Assim diz Chartier: “De lugar de proteção, de receptáculo da eternidade que era, eis que ela se torna invasora, ameaçadora, incontrolável”. (1999, p.126).

Por isso, a variedade que compõe o acervo faz da biblioteca um lugar de qualidade, uma vez que possibilita ao leitor um vasto acesso e a possibilidade de enxergar na sociedade a leitura ali realizada.

Sendo assim, não é um espaço independente, visto que ensino escolar e biblioteca escolar se complementam, sendo esta um instrumento essencial no processo de ensinar e aprender. Este espaço presta um serviço para a escola, para a comunidade escolar, podendo despertar o pensamento crítico e criativo.

Por este motivo,

Está nas mãos do professor seduzir o aluno para as infinitas possibilidades da leitura, pois é o docente – conhecedor das

peculiaridades da sua escola e que já mapeou as características de sua sala de aula, ciente das idiossincrasias da sua turma que vai poder, com ciência e arte, desvendar as sutilezas de se construir uma pequena comunidade leitora (MOURA e ALFREDO, 2005, p. 57).

Estes quesitos dialogam com o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído em 10 de agosto de 2006 pelo então governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esta Política Pública pensa em elementos que gerem “um projeto de nação com uma organização social mais justa” (BRASIL, 2006).

Desta forma, as diretrizes que envolvem a biblioteca e a formação de mediadores de leitura revelam a busca pelo desenvolvimento social dos sujeitos e da sociedade como um todo. Tais transformações podem estar atreladas à relação com livros e, então, à prática da leitura.

O Plano tem o trabalho fundamentado na formação de uma sociedade letrada na qual a inclusão social e cultural de milhões de brasileiros seja efetuada. Por isso, quatro eixos orientam a organização deste documento:

- Eixo 1 - Democratização do acesso;
- Eixo 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e
- Desenvolvimento da economia do livro. (BRASIL, 2006).

Tais aspectos conferem ao Plano um caráter estratégico e que necessita de um planejamento constante, uma vez que um item depende do outro para que o livro e a leitura sejam reconhecidos e funcionem de fato da maneira para as quais foram criados.

Visa discutir principalmente sobre a biblioteca escolar e a formação dos mediadores, visto que essas duas “instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa” (BRASIL, 2006).

Há, portanto, que existir um investimento grandioso em bibliotecas e formação de mediadores, porque é por meio deles que a construção de uma sociedade leitora pautada na inclusão dos sujeitos culturalmente aconteça garantindo, desta maneira, “uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável” (BRASIL, 2006).

O Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar, preparado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas, divulgado em novembro

de 1999, apresenta-nos um conceito de biblioteca que converge e afirma as considerações realizadas. Para este estudo a biblioteca escolar deve propiciar

Informação e ideias fundamentais para o seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. A BE (Biblioteca Escolar) habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (MANIFESTO, 1999, p.1).

As indicações que se referem à biblioteca escolar nos apresentam um espaço que, fundamentado no currículo escolar, consolida atividades com a leitura, as quais se pautam na definição de sujeito e de escola prevista pelo documento norteador das ações pedagógicas.

Continuando nesta reflexão, o estudo esboça que a missão da biblioteca escolar em seu cerne é a de promover um apoio à aprendizagem, subsidiando, assim, a formação de pensadores e de usuários efetivos da biblioteca. Estes fundamentos devem ser reconhecidos pelos membros da escola, que, à frente do processo de formação, devem se colocar como incentivadores do reconhecimento da função da biblioteca.

A missão da biblioteca escolar, segundo o Manifesto, é “oferecer serviços de apoio à aprendizagem, livros e recursos, permitindo que todos os membros da comunidade escolar tornem-se pensadores críticos e usuários efetivos da informação em todos os formatos e mídias” (MANIFESTO, 1999, p. 2).

Por isso, oferecer momentos voltados à fruição, à informação e à imaginação faz deste lugar um ambiente em que a liberdade intelectual, o acesso e a permanência se aperfeiçoem, buscando, assim, fundamentar-se como “parte integral do processo educativo” (MANIFESTO, 1999, p. 2).

Quando falamos em política pública de incentivo à leitura e que em torno desse assunto gira um aspecto político, queremos reforçar e esclarecer que, perante a aquisição e o exercício da leitura, há um trabalho implícito, subjacente “sobre cidadania, sobre tomada de consciência e sobre a qualificação das relações sociais” (PSZCZOL, 2008, p. 13).

Por isso que é preciso olhar para a questão da leitura não só no meio acadêmico e com um olhar descritivo e analítico, mas como funciona no meio social, nas escolas, na família e assim poder analisá-la de maneira reflexiva.

Essa ação constante de incentivo à leitura não é só distribuição de livros, já que esta por si só não garante a formação do leitor, pois

uma política nacional de leitura é uma ação do Estado, isto é, uma ação mobilizadora e articuladora de experiências governamentais (em todos os níveis: federal, estadual e municipal) e privadas, que estabeleça prioridades, disponibilize recursos orçamentários, linhas de crédito e demais fontes de financiamento, e invista em programas coordenados capazes de multiplicar seus efeitos, a fim de possibilitar os benefícios dessas ações a toda população. (PSZCZOL, 2008, p. 13-14)

São esses ideais que precisam estar aparentes quando analisamos o Programa *Sala de Leitura*, ou seja, de que maneira essa ação e investimento do estado de São Paulo têm fortalecido a formação do leitor? Como essa ação tem dialogado com as outras instâncias sociais e, então, de que maneira o programa tem ajudado o estudante a participar ativamente da realidade na qual ele está inserido?

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS SALAS DE LEITURA NO ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Nunca é demais lembrar que a prática da leitura é um princípio de cidadania, ou seja, o leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são as suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz (SILVA, 2005a, p. 24).

A escola, inserida numa cultura, não se exonera das influências marcadas pelo tempo e pela história. Esses traços interferem nas práticas e nos valores que a escola apresenta e busca formar (ARENA, 2009). Por isso, analisar qualquer ambiente escolar, seus sujeitos e sua construção, requer um olhar que vá além da arquitetura e que seja capaz de compreender as influências sociais para, assim, visualizar que a sua composição depende destas interferências.

Esse encaminhamento também vai ao encontro da criança, na medida em que ela também se constitui como um ser que traz em seu cerne a sua cultura, história e o social (ARENA, 2009) e desta forma a escola precisa pensar nessas motivações ao estabelecer a relação com a criança. Cabe à escola entender quais sujeitos fazem parte do seu fazer escolar para assim planejar estratégias que os ajudarão a ser formados. Silva complementa:

O trabalho do bibliotecário escolar não é uma exceção, logo, este profissional precisa estar atento para o contexto social, econômico, cultural e político em que funcionam a escola e biblioteca escolar; precisa questionar permanentemente em favor de quem e do quê tem desenvolvido o seu trabalho (2003b, p. 79-80).

A escola, nesta vertente, fundamenta-se no processo de emancipação, ou seja, enxerga o sujeito com todas as suas particularidades e busca “promover o desenvolvimento intelectual e social dos alunos” (cf. BRITTO, 2009, p. 197).

Fundamentar-se na emancipação é entender que, em relação à leitura, no papel da escola, a função do professor vai além de apresentar uma sucessão de materiais de leitura, motivando o interesse por essa prática e fazendo os alunos participarem de momentos em que o texto esteja em voga. Ir além significa, portanto,

perceber esse objeto que é o texto em toda sua beleza e complexidade, isto é, como está estruturado, como produz sentidos, quantos significados podem ser aí sucessivamente revelados, ou seja, somente quando são mostrados ao aluno, modos de se envolver com esse objeto, mobilizando os seus saberes, memórias, sentimentos para, assim, compreendê-lo, há ensino da leitura. O papel da escola nesse processo é o de fornecer um conjunto de instrumentos e de estratégias para o aluno realizar esse trabalho de forma progressivamente autônoma. (KLEIMAN, 2005, p. 22).

No âmbito desta pesquisa, a leitura e o acesso aos livros são as ferramentas que devem ser usadas para que o estudante seja preparado para continuar os seus estudos de maneira independente e crie com os materiais de leitura uma intimidade, produzindo, então, a habilidade de ler e escrever de maneira a comunicar-se, entender-se (KLEIMAN, 2005).

Ainda sobre este aspecto, Queirós enfatiza

Descobrir a leitura é um longo processo, que forma subjetividades. E formar leitores é ajudar pessoas no caminho dessa descoberta, é ensiná-las a gostar de ler, é ser o mediador do prazer que há em se descobrir (no sentido de descobrir a si mesmo) lendo. (2012, p. 41).

É no ambiente escolar que os sujeitos das camadas menos favorecidas da sociedade (ou não) entram na escola e conhecem um novo mundo por meio da leitura. Entram em contato com o capital cultural, com o saber mais elaborado por meio do livro, da literatura. Esse exercício diminui em parte a desigualdade e colabora na formação do sujeito (PAIVA, 2009).

À escola cabe então a função de desenvolver e promover exercícios com a leitura que proporcionem essa capacidade, ou seja, a habilidade de ver no meio social aquilo que a leitura apresentou. Desta forma, “passar o olho, entender um pouco, escrever o nome, escrever redações que não fazem sentido não é suficiente para lidar com o mundo tecnologicado em volta” (KLEIMAN, 2005).

A educação escolar, principalmente a escola pública, acolhe em suas unidades de ensino uma clientela ampla e variada. Muitos advêm das camadas sociais menos favorecidas, como dissemos, e, por este motivo, também, a escola acaba sendo uma das únicas instituições que vai lhes apresentar o conhecimento e um mundo diferente do qual estão habituados.

O ganho para esses sujeitos vêm com a democratização do acesso ao conhecimento através da escola, a possibilidade de entrar em contato com questionamentos e pensamentos contrários, fazendo-os se diferenciar de uma realidade em que estariam predestinados à imposição e à repetição de comportamento.

Nesta tendência, Silva explica

Democratizar o acesso ao conhecimento na escola significa, entre outros sentidos, lutar contra o ensino dogmático e a transmissão do saber exclusivamente via professor ou livro didático; significa, ainda, adequar os conteúdos do saber escolar à realidade da clientela atendida; significa, enfim, fazer do aluno um produtor e não apenas um consumidor do saber, o que abre, a nosso ver, amplos espaços para a inserção da biblioteca escolar no processo ensino/aprendizagem assim concebido (2003b, p. 68-69).

A biblioteca escolar, por natureza, enaltece a liberdade na busca pelo efetivo movimento de ensinar e aprender. O professor que está neste ambiente promove momentos em que a leitura vai ao encontro dos objetivos requeridos pelos estudantes que ele atende, visto que “as atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar precisam estar de acordo com os interesses de sua clientela” (SILVA, 2003b, p. 76).

Neste meandro, Silva ressalta que

Ao assumir criticamente a vertente pedagógica da sua profissão, ao lado daquilo que ela tem de técnico, tecnológico, e político, os bibliotecários nada mais fizeram do que abraçar apaixonadamente a grandeza e a complexidade do seu trabalho sociocultural. E nesse abraço, compreenderam criticamente as visões de mundo que os livros podem representar ao conjunto dos leitores (2005b, p. 76).

E, por isso, a aprendizagem se torna expressiva, uma vez que o estudante está realmente se instruindo a partir daquilo que ele necessita e observa na biblioteca e na figura do professor bibliotecário; encontra aí suportes para atingir aquilo que ele almeja. Esse professor, por sua vez, “é o elemento mais importante para o sucesso do ensino da leitura na escola” (SILVA, 2005a, p. 33).

3.1. Entendendo o caso

O estudo aqui apresentado fundamentou a pesquisa nas escolas estaduais da cidade de Presidente Prudente. Este município localiza-se no Oeste Paulista, fica a

558km da Capital e conta com pouco mais de 200 mil habitantes. Em relação ao ensino, as escolas que possuem ensino fundamental II e ensino médio são de responsabilidade do estado, e é para essa realidade que voltamos o nosso olhar, principalmente para o espaço destinado à leitura.

Veremos adiante que desde 2009 as escolas vêm recebendo gradualmente o Programa *Sala de Leitura*. Das 43 escolas pertencentes à diretoria de Presidente Prudente, 35 possuem o programa.

Vale ressaltar que as escolas que ainda não foram contempladas com o Programa *Sala de Leitura* possuem em sua arquitetura um ambiente destinado à organização, recebimento de livros, conforme foi possível notar na aplicação dos questionários. Entretanto, para este estudo, voltamos a nossa análise apenas às escolas que possuem o programa, uma vez que a nossa intenção é a de compreender como este funciona, visando refletir sobre o que ele precisa para funcionar.

Neste caminho, destacamos, primeiramente, o site do Centro de Referência em Educação Mário Covas (CRE Mario Covas), suporte tecnológico no qual é possível encontrar à disposição um material legislativo sobre o Programa *Sala de Leitura*, as listas das escolas contempladas com o programa gradualmente desde 2009, além das imagens de layouts das salas de leitura e o aparato legal que constitui e fundamenta o funcionamento deste espaço.

O Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE Mario Covas) foi idealizado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e tem por objetivo “ser um referencial pedagógico de excelência na disseminação da informação educacional” (acesso em 04/12/2014 às 17h50).

Em sua estrutura, dispõe de material para consulta, colaborando na realização de práticas educativas adequadas. Neste ambiente virtual é possível encontrar uma seção própria que discorre sobre o Programa *Sala de Leitura*, isto é

Esta seção reúne informações e orientações aos educadores que atuam nas salas de leitura, para que possam inserir o aluno e a comunidade escolar em um novo cenário, com instrumentos e saberes adequados às necessidades educacionais de nossa época, e fazer da escola um espaço privilegiado de formação de leitores e de efetivos usuários da informação, em todos os seus formatos e meios. (Acesso em 30 de outubro de 2014 às 11h20).

Apresenta o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), espaço destinado aos educadores com materiais de apoio e compartilhamento de atividades. O ambiente é dividido em três seções: a primeira destina-se àqueles professores que estão iniciando os trabalhos; a segunda, aos que já fizeram alguma formação, e a terceira, para quem atua em sala de leitura de escola de tempo integral.

Mostra também o *Layot* proposto para a sala e destaca três opções: a primeira com capacidade para 44 usuários, a segunda para 24 e a terceira para 14 usuários. Todas são contempladas com os mesmos materiais, ou seja, mesas, cadeiras, estantes, computadores, quadro branco; porém, o número destes instrumentos é distribuído em relação ao possível número de frequentadores.

Este ambiente virtual permite livre acesso tanto para os professores quanto para a comunidade. Funcionando como um subsídio, o *site* comporta materiais explicativos com os quais autonomamente o professor mediador de leitura pode entrar em contato e, assim, conhecer sistematicamente o programa e toda a sua organização.

No site da educação do estado de São Paulo é possível encontrar também uma página atualizada em maio de 2014 que discorre acerca do programa *Sala de Leitura*:

Livros, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs, orientações para pesquisa e letramento informacional. É com toda essa gama de material que os alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos contam, um espaço pedagógico de trabalho interdisciplinar que incentiva a leitura e apoia o currículo escolar.

As salas, arejadas e equipadas com mesas e cadeiras, abrigam o acervo da *Sala de Leitura*, coordenada por professores e aberta durante a semana nos três períodos de aulas (manhã, tarde e noite).

Mais de 3 mil escolas estaduais já possuem *Sala de Leitura*. Mas esse número só tende a crescer. Todas as escolas já são inauguradas com esse espaço pedagógico, que passou a fazer parte do projeto arquitetônico padrão para construção de novas unidades (Acesso em 30 de outubro de 2014 às 9h50).

Além do ambiente virtual, a Resolução SE 15, de 18-2-2009, e a Resolução SE 70, de 21-10-2011, fundamentam nossa análise, visto que falam sobre a criação e organização de salas de leitura nas escolas da rede estadual de ensino no estado de São Paulo, dizendo que, com essa criação, o educando terá acesso diário a fontes de informações, cultura diversificadas e atualizadas e que este acesso compõe as exigências do mundo contemporâneo.

Acrescenta que “a escola se apresenta como um dos espaços privilegiados de desenvolvimento das competências e habilidades de leitura e escrita” (SÃO PAULO, 2009). Da mesma forma, já anunciavam a LDB (BRASIL, 1996), o PCN (BRASIL, 1997) e o Currículo Oficial do Estado (SÃO PAULO, 2010).

Aqui é permitido um diálogo com Silva, que elenca dois princípios a respeito do encaminhamento da leitura escolar: “o primeiro deles é *aprender a ler* e o segundo, *ler para aprender*. Isto não é um mero jogo de palavras, mas indicam duas ações para a formação de leitores críticos, independentes e autônomos” (2005b, p. 66).

A Resolução SE 15, de fevereiro de 2009, explica que o Programa *Sala de Leitura* será implantado na rede de maneira gradativa, conforme anunciado anteriormente. A Resolução em seu Artigo 2º explica:

Art. 2º - A implantação das salas ou ambientes de leitura obedecerá a cronograma gradativo, a partir do ano letivo de 2009, levando em consideração critérios previamente definidos, por órgãos centrais, tais como: situação de atendimento aos alunos, disponibilidade de espaço, condições do acervo, entre outros. (SÃO PAULO, 2009).

Para uma sala de leitura ser implantada, o programa precisa contar com um professor responsável por elaborar um projeto de trabalho que promova atividades vinculadas à proposta pedagógica e que atenda às necessidades da programação da sala de aula. É preciso que este professor organize o material, planeje e supervisione o funcionamento do espaço, controle o acervo e cuide das atividades informatizadas.

A respeito deste tópico, Silva (2003b) anuncia que

A participação do bibliotecário escolar no planejamento didático do professor é outra atribuição de cunho educativo daquele profissional. Ciente do planejamento do professor, o bibliotecário escolar conhecerá os conteúdos que serão explorados e, assim, poderá orientar com maior objetividade e eficácia a inserção da biblioteca no ensino/aprendizagem (2003b, p. 77).

O professor deve participar das orientações técnicas propostas pela Secretaria de Educação, seja na Diretoria de Ensino da qual faz parte, ou não, e, também, nas reuniões de Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) realizadas na Unidade de Ensino. Em reunião com a Equipe Pedagógica, o professor precisa entregar periodicamente relatórios sobre as atividades desenvolvidas e, juntamente com a equipe, analisá-los e discuti-los.

O mediador de leitura que está inserido na Sala de Leitura organizada na escola precisa, necessariamente, ter consigo uma concepção de sociedade, homem e de educação (SILVA, 2005b), visto que diante desses olhares as práticas de leitura serão organizadas de maneiras diferentes para que assim possam atingir o estudante.

O trabalho do professor bibliotecário abarca um teor pedagógico tanto quanto o dos professores que estão na sala de aula. O professor que atua na biblioteca precisa apontar um caminho e ter objetivos com as atividades planejadas, compreendendo que, além de realizar um serviço técnico de organização e catalogação, precisa olhar para o social e para o cultural, ou seja, quais sujeitos estão nesse processo, qual é a sociedade e quais perspectivas precisam ser analisadas para que, assim, o leitor se forme e se aperfeiçoe.

Assim, ao estimular o interesse pelos livros, ao encorajar o hábito da leitura, ao contribuir para o desenvolvimento intelectual de cada um em benefício de todos, o bibliotecário necessariamente tem que carregar consigo uma visão de sociedade, de homem e de educação. Em outras palavras, ele tem que se perguntar sobre os porquês e para quês da leitura, dos livros, dos aprimoramentos intelectuais numa sociedade como a nossa (SILVA, 2005b, p. 71).

Olhar o sujeito como um todo é compreendê-lo como um ser social, que, dotado de historicidade e cultura, precisa de motivações que dialoguem com as suas especificidades; desta forma, ao dinamizar o espaço da biblioteca e planejar as práticas de leituras, essas concepções precisam estar presentes e postas como guia para as propostas estruturais para a sala de leitura.

Pensando que a leitura não acontece somente dentro da sala de aula ou da sala de leitura, o professor precisa planejar ambientes alternativos de leitura em todo o espaço da escola. Preparar o ambiente para receber os leitores, já que a sala de leitura é de toda comunidade escolar e não somente do aluno, e, por fim, orientar os alunos nos momentos de pesquisa e estudo.

De acordo com a Resolução SE - 15, de 18-2-2009, se a escola possui mais de dois turnos, portanto, um número grande de alunos, contará com mais de um professor ou até mesmo estagiários, caso sejam necessários. A intenção deste acréscimo é o de sempre deixar o lugar disponível para atender à população escolar, privilegiando a todos, e não restringindo o horário a uma pequena parcela do alunado.

Para que o docente atue na sala de leitura, ele precisa ter um vínculo com a Secretaria de Educação e estar, primeiramente, na condição de readaptado. É necessário que ele possua um diploma de licenciatura plena, de preferência em Letras; além desses requisitos, precisa ter no mínimo três anos de experiência no quadro do magistério.

Aqui é preciso refletir que, sem uma formação adequada, e/ou até mesmo sem condições físicas de exercer essa função de maneira adequada, o trabalho deste professor acaba ficando limitado, e a mediação esperada pelo aluno acaba tornando-se passiva, insossa, sendo deixadas de lado a dinamicidade e a interação, que são movimentos próprios da sala de leitura.

A Resolução continua dizendo que o readaptado só poderá ficar na Sala de Leitura da própria escola. Caso não tenha docente na situação de readaptado, a ordem de seleção segue, recaindo a atribuição ao docente categoria F⁸, docente considerado estável pelo tempo de serviço exercido. Mais uma vez, preocupam-se em colocar um profissional deste ambiente e não estão preocupados com as condições, com a formação e disposição.

Afirmar que um dos primeiros quesitos para se trabalhar na sala de leitura seja este é permitir e apoiar que a biblioteca não exerça realmente o seu papel no ambiente escolar, e que tampouco se efetive para os fins para os quais está designada. É favorecer a aceitação de um profissional não capacitado e dizer que a formação do leitor não precisa deste mediador, deixando, novamente, a biblioteca em planos inferiores.

Diante de todas essas implicações, o diretor da escola deve ajudar na seleção dos candidatos e na organização do horário de funcionamento do espaço. Juntamente com os demais gestores, deve avaliar o desempenho do docente e assim reconduzi-lo ou não para o próximo ano. Além dessas funções, o diretor precisa zelar pelos materiais e equipamentos da sala de leitura.

O profissional que vai atuar na sala de leitura carece de uma formação especial “seja no âmbito da organização, do planejamento e da administração do acervo disponível, seja no que se refere ao trabalho de dinamização da leitura entre os alunos” (SILVA, 2003b, p. 16).

Para exercer a função de professor da Sala de Leitura, além de obedecer aos critérios de seleção, ele precisa encaixar-se num perfil docente estabelecido pela Instrução Conjunta de 4 de março de 2009, na qual ficou estabelecido que as

⁸ Professor não efetivo na rede estadual paulista que estava em exercício antes de junho de 2007 e tornou-se, então, estável.

características como inovação e criatividade são imprescindíveis para atuarem no ambiente de leitura, pois, executando ações que tenham este cunho, poderão incentivar a leitura e construir canais de acesso a universos culturais mais amplos.

O profissional que atua como um mediador de leitura “transforma-se num colaborador dos alunos para o enfrentamento da obra” (SILVA, FERREIRA, SCORSI, 2009, p. 62).

Para tanto, é necessário que tenha disponibilidade e ânimo para pesquisar diferentes materiais a fim de oferecer diversas opções ao aluno e, assim, expandir o seu repertório e o do leitor em formação (SILVA, FERREIRA, SCORSI, 2009).

Ainda de acordo com esta instrução, é preciso que o professor seja um leitor assíduo, que se mantenha informado e se mostre interessado nas atividades da escola e, por fim, domine a tecnologia, utilizando as ferramentas e programas.

Frente às suas responsabilidades, “o professor é peça fundamental na relação aluno/biblioteca, ou seja, o nível de aproximação entre o aluno e a biblioteca escolar depende, em grande medida, do espaço que ela ocupa no fazer didático do docente” (SILVA, 2003b, p. 30-31).

O pesquisador ainda esclarece que

É importante que o docente seja um leitor, de fato, e assíduo frequentador da biblioteca escolar. Para o aluno, é fundamental o exemplo do mestre, embora isso não baste como incentivo. Porém, se não vai à biblioteca, se dela passa à distância, terá o professor autoridade para levar os alunos a fazê-lo? (2003b, p. 73).

Deste modo, a Coordenadoria de Estado e Normas Pedagógicas, em seu Comunicado Conjunto Cenp/Cogsp/CEI, de 3 de outubro de 2008, esclarece aos dirigentes de ensino e diretores de escola os procedimentos que devem ser adotados em relação ao livro que, desde o Artigo 18 da Lei Federal 10.753, de 30 de outubro de 2003, passa a ser material de consumo e não mais material permanente.

Portanto, é necessário organizá-lo dentro da Sala de Leitura, dando baixa patrimonial e adequando-o de acordo com o critério estabelecido pelas orientações técnicas advindas da Secretaria de Educação. Sendo assim, todo livro deve ser acessível para o usuário, seja para consulta ou empréstimo.

Ensinar a leitura significa também apresentar para o sujeito o livro que, por muitos momentos, será usado como um item fundamental para a formação do leitor. O

estudante precisa entender como esse material é composto, como se organiza, se estrutura, para então, fazer escolhas (SILVA, FERREIRA, SCORSI, 2009).

Na cidade de Presidente Prudente temos o seguinte contexto em relação ao recebimento do Programa *Sala de Leitura* pelas escolas estaduais de toda a diretoria:

ANO	QUANTIDADE DE ESCOLAS CONTEMPLADAS COM O PROGRAMA SALA DE LEITURA
2009	2
2011	11
2012	13
2013	5
2014	4
TOTAL	35

Fonte: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_1.php?t=saladeleitura_03. Acesso em 30 de outubro de 2014 às 10h30.

As informações coletadas para a construção da tabela foram encontradas no Diário Oficial. Para este estudo, buscamos as páginas que estão dispostas no site do Centro de Referência em Educação.

Neste ambiente foi possível notar que em 2009, primeiro ano de realização do programa, apenas duas escolas foram contempladas. No ano seguinte, 2010, nenhuma escola da Diretoria de Presidente Prudente recebeu o programa. A partir de 2011, os recebimentos foram seguidos; naquele ano, onze escolas; em 2012, treze; em 2013, cinco; e, em 2014, quatro escolas.

Conforme diz a Resolução SE – 15, de 18/02/2009, as escolas são contempladas de maneira gradativa; porém, quando a unidade de ensino não tem o Programa Sala de Leitura, outro ambiente é organizado e funciona, muitas vezes, apenas para empréstimo, devolução de livros e organização do acervo.

O trabalho com o instrumento questionário nos permitiu refletir acerca de alguns pontos, principalmente no que tange ao compromisso e ao interesse em contribuir com uma pesquisa, haja vista, já serem sabidos os percalços que foram enfrentados com a aplicação do questionário. Entretanto, depois de um longo tempo, conseguimos ter em mãos um número suficiente para orientar nossas reflexões.

Antes de analisarmos os dados, é necessário ressaltar que das quarenta e três escolas pertencentes à diretoria de ensino de Presidente Prudente, trinta e cinco foram contempladas com o Programa *Sala de Leitura* de 2009 a 2015, conforme tabela apresentada anteriormente. Destas, trinta foram analisadas as outras duas não tiveram condições de responder ao questionário: uma não tem professor para a sala de leitura e a outra não tem experiência com o programa.

3.2 Análise dos questionários

Após a apresentação das políticas públicas que subsidiam o funcionamento do Programa *Sala de Leitura* no estado de São Paulo, prosseguimos, agora com a análise dos questionários que foram aplicados a todos os professores que atuam nestas salas; assim, teremos um panorama mais detalhado do perfil do professor, espaço físico, funcionamento, acervo e outras questões.

A título de explicação, para esta análise usamos como base as resoluções promulgadas pelo estado de São Paulo para este ambiente, os parâmetros para bibliotecas escolares (2010), apresentados pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais Escola de Ciência da Informação, além da fundamentação teórica já exposta neste estudo.

Para começar, na apresentação dos *Parâmetros para bibliotecas escolares*, Campello e Rodrigues já esclarecem que

Este documento constitui um referencial para a qualidade das bibliotecas escolares do país. Estamos falando de bibliotecas que são espaços de aprendizagem que propiciam e estimulam conexões entre saberes; que são laboratórios – não de equipamentos e apetrechos – mas de ideias. (2010, p. 7).

É por este caminho que o nosso trabalho almeja caminhar, isto é, ao olhar para cada item que compõe o método utilizado para a reflexão, queremos enfatizar como a aprendizagem está se construindo através das peças que são disponibilizadas. Buscamos estabelecer um diálogo entre o que se tem e o que poderia existir para o aprimoramento ou reforço das ações de leitura que acontecem.

3.2.1 Perfil do professor

O primeiro item disposto para a reflexão gira em torno do perfil do professor que atua nesse espaço. Notamos, anteriormente, que o professor é a peça fundamental no funcionamento da biblioteca. Exercendo o papel de mediador, tem a função essencial de estabelecer a aproximação entre o estudante e os materiais de leitura.

Os Parâmetros (2010) idealizam, em relação a este aspecto:

A biblioteca conta com bibliotecário responsável e funcionários para atendimento aos usuários em todos os turnos em que a escola está aberta:

- no nível básico: um bibliotecário-supervisor, responsável por um grupo de bibliotecas (nos casos em que a biblioteca faz parte de um sistema/rede que reúne várias bibliotecas), além de pessoal auxiliar em cada uma das bibliotecas, em cada turno;
- no nível exemplar: um bibliotecário responsável pela biblioteca e pessoal auxiliar em cada turno, de acordo com o número de alunos da escola.

Em consonância, a Instrução Conjunta Cenp/DRHU, de 4-3-2009, determina o que é necessário para o professor atuar na sala de leitura:

O docente, no desempenho de suas atribuições como responsável pela Sala de Leitura, deverá propor e executar ações inovadoras e criativas, de acordo com a Proposta Pedagógica da Unidade Escolar, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos, sendo, portanto, imprescindível para este desempenho que o docente:

- a) seja leitor assíduo, mantendo-se sempre informado e atualizado por meio de jornais e revistas;
- b) conheça e demonstre estar inserido nas atividades do cotidiano escolar;
- c) domine programas e ferramentas de Informática. (SÃO PAULO, 2009, p.1).

Diante destas explicações, pensamos que uma assertiva complementa a outra, já que é necessário que exista nas bibliotecas um bibliotecário responsável para organizar e especificamente fazer o espaço funcionar de acordo com as suas atribuições e isto já vem sendo cobrado pela Lei 12. 244. Concomitantemente, é certo que esse profissional precisa também realizar aquilo que é exposto na Instrução, isto é, além do trabalho técnico, ele precisa ser um leitor assíduo e que promova, por meio das ações de leitura, a aprendizagem.

Desta forma, precisa entender o seu papel na construção de propostas que vão ao encontro dos anseios de professores e gestores escolares, pois, mais do que ser responsável pelo ambiente, é necessário planejá-lo para que seja suporte das práticas educativas.

Assim, o artigo 3º da Resolução SE 70, de 21-10-2011, dispõe acerca de uma série de atribuições destinadas a esse professor:

Artigo 3º- As salas ou ambientes de leitura contarão com um professor responsável por seu funcionamento, a quem caberá:

- I** – comparecer a Orientações Técnicas, atendendo a convocação ou indicação específica;
- II** - participar das reuniões de trabalho pedagógico coletivo (HTPCs) realizadas na escola, para promover sua própria integração e articulação com as atividades dos demais professores em sala de aula;
- III** – elaborar o projeto de trabalho;
- IV** – planejar e desenvolver com os alunos atividades vinculadas à proposta pedagógica da escola e à programação curricular;
- V** – orientar os alunos nos procedimentos de estudos, consultas e pesquisas;
- VI** – selecionar e organizar o material documental existente;
- VII** – coordenar, executar e supervisionar o funcionamento regular da sala, cuidando:
 - a)** da organização e do controle patrimonial do acervo e das instalações;
 - b)** do desenvolvimento de atividades relativas aos sistemas informatizados;
- VIII** - elaborar relatórios com o objetivo de promover a análise e a discussão das informações pela Equipe Pedagógica da escola;
- IX** – organizar, na escola, ambientes de leitura alternativos;
- X** - incentivar a visitação participativa dos professores da escola à sala ou ao ambiente de leitura, para utilização em atividades pedagógicas;
- XI** - promover e executar ações inovadoras, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos;
- XII** – ter habilidade com programas e ferramentas de informática.

(SÃO PAULO, 2011).

Com a leitura destes deveres, fica ainda mais visível o que deve ser realizado na Sala de Leitura e o que se espera, portanto, do professor que lá se encontra. A função deste profissional é ser também um mediador do conhecimento com fatores bem definidos: os materiais de leitura e o espaço da Sala de Leitura.

Na tabela estruturada a seguir é possível verificar a situação global dos professores que atuam nas salas de leitura das escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente:

PERFIL DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA SALA DE LEITURA	
Aspecto	Quantidade
Sexo Feminino	25
Idade entre 46 a 50 anos	12
Situação Funcional - Categoria F	27
Tempo no Magistério	18 em branco, ou seja, não responderam a esse item
Graduação em Letras	22

Do profissional que está na Sala de Leitura, 78,1% são mulheres, 9,3% homens e quase 3% deixaram a resposta em branco. Têm idade entre 31 e mais de 60 anos; a grande maioria pertence a uma categoria denominada F e poucos são efetivos. Dentro dessa demanda, apenas cinco professores responderam que são readaptados⁹.

Temos que evidenciar aqui que muitos professores que se encontram na Sala de Leitura não são readaptados. Mesmo entre os que se encontram na condição de readaptados, foi possível perceber, por meio das respostas dadas ao questionário, que procuram atender às exigências da escola em relação ao exercício da leitura. Entretanto, o readaptado é uma forma do sistema resguardar, amenizar a precariedade do trabalho.

Este item alusivo ao *Perfil do Professor* causou-nos bastante surpresa, pois viemos para este estudo com o pré-conceito de que todos ou quase todos os professores das salas de leitura fossem readaptados. Após a análise, constatamos o contrário e esta situação pode ser significada como uma realidade satisfatória para as escolas.

É necessário destacar que os dados analisados para a formulação desta tabela vêm de um instrumento de coleta de dados em que a pesquisadora não manteve contato direto com cada um dos sujeitos. Estamos trabalhando apenas com uma amostragem e com as respostas fornecidas às perguntas; logo, não é certo tornar esse resultado um padrão, já que faz de todo e observamos apenas aquilo que foi oferecido pelos participantes.

Nesse percurso, podemos conversar com Bortolin e Júnior:

⁹ Cabe aqui uma breve explicação sobre a quantidade que, muitas vezes, ultrapassa 30, que é o número de questionários respondidos. Há escolas em que mais de um professor trabalha na sala de leitura, por isso, acontece da soma ultrapassar a quantidade apresentada.

quanto aos profissionais, estes devem ser empáticos e versáteis, pois quando um profissional se coloca no lugar dos seus educandos, torna-se também um aprendiz e o resultado dessa postura se revela no trabalho de um mediador mais flexível, interessado e respeitoso. (2009, p. 207).

Na condição de readaptado ou não, efetivo ou não, o profissional precisa ser acompanhado pela gestão da escola e realizar um trabalho que vá ao encontro das atribuições apresentadas na legislação, principalmente no que tange à sua experiência particular com a leitura, uma vez que

a promoção e a orientação da leitura, em qualquer contexto, movimentam-se através do exemplo e do depoimento de práticas vivenciadas. Quer dizer: a socialização do valor da leitura é impossível de ser realizada por alguém que não goste de ler (SILVA, 1989, p. 27).

Um segundo aspecto que merece ênfase é o item *tempo de serviço no magistério*, o qual apresentou um tempo mínimo de nove anos e máximo de vinte e sete. Aqui, temos que destacar que dezoito questionários foram devolvidos tendo essa pergunta em branco. Pode ser que o participante da pesquisa não tenha se atentado para a questão. Mesmo assim, podemos diagnosticar por meio das outras questões que os professores estão na função docente há bastante tempo.

A formação acadêmica dos profissionais que responderam ao questionário nos mostrou, especificamente, que 19 professores têm formação em Letras; 10 têm uma formação na Área de Humanas: História, Geografia, Pedagogia e Psicologia; 3 na Área de Exatas: Matemática e Ciências Contábeis; 1 em Arte e 1 em Educação Física.

Essa diversidade, apesar de aí predominar o professor de Língua Portuguesa, associa-se ao que o Currículo (2010) mostra quando argumenta que a leitura e a escrita são competências que devem ser desenvolvidas em quaisquer disciplinas. Muito embora a Língua Portuguesa predomine, reforça a ideia equivocada de que só esse profissional deva trabalhar com a leitura, ou melhor, saiba trabalhá-la.

Assim, é necessário destacar que, independente da formação, a leitura deve fundamentar e motivar todas as disciplinas escolares, respeitando as especificidades que cada uma apresenta, uma vez que “o professor é o principal artífice do processo de aproximação entre o aluno, a leitura e a biblioteca escolar” (SILVA, 2003b, p.73).

A respeito da formação continuada em serviço desses professores, é válido esclarecer que acontece nos momentos de Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), com o intuito de mostrarem a toda equipe escolar o planejamento da Sala de Leitura e os projetos desenvolvidos neste ambiente.

Participar destas reuniões é um dos requisitos elencados pela Resolução SE 70. No recebimento dos questionários, percebemos que 31 professores participam desse momento e apenas 1 disse não participar. É preciso entender que é neste período que as trocas entre os professores costumam acontecer e é desta relação que projetos são construídos e as funções delegadas.

Diante dos resultados constatados e das reflexões realizadas, concluímos que o bibliotecário também é um educador preocupado não somente com aspectos burocráticos e mecânicos, mas que apoia e organiza momentos em que a leitura promova relação entre a sala de aula e a biblioteca.

A formação constante desses professores também acontece por meio de orientação técnica, organização pelo profissional que atua como analista sociocultural na diretoria de ensino de Presidente Prudente. Assim como diz a Resolução SE 70, sempre que convocado, o professor precisa comparecer a essas orientações, que, por serem planejadas por um bibliotecário, colaboram com os docentes na medida em que apresentam a eles olhares técnicos e específicos sobre a função da sala de leitura.

Aqui cabe uma breve explicação sobre o cargo de Analista Sociocultural: em 2013 houve no estado de São Paulo um concurso público para a contratação deste profissional. Uma das exigências era a de ter Graduação Superior em Biblioteconomia e Documentação (Ciência da Informação), com diploma expedido por escola oficial e registro no Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB, conforme revelam as Instruções Especiais SE Nº 01/2013, publicadas no DOE 13.03.2013 – Seç I – p.157¹⁰.

Este edital nos apresenta, portanto, um cargo novo de um profissional bastante requisitado para o funcionamento adequado das salas de leitura. É relevante explicar que este profissional atua na diretoria de ensino e não em cada escola como nos apresentaram, de maneira exemplar, os Parâmetros para as bibliotecas escolares. Na diretoria de ensino ele tem a função de dar assistências às quarenta e três escolas jurisdicionadas a ela.

¹⁰ Ver Anexo página 92.

Esse respaldo engloba um acompanhamento mais individualizado com visitas, orientações pessoais e também um acompanhamento coletivo, com as orientações técnicas, indicação de projetos de leituras e outros suportes para que o professor que está na sala de leitura se sinta preparado para promover o seu trabalho.

3.2.2 Espaço físico

Os parâmetros aqui analisados partem do princípio de que a biblioteca escolar deve funcionar como um centro de informação e de cultura. E, de acordo com Silva, o que melhor a caracteriza

não é a beleza de sua decoração, mas a qualidade do seu acervo e a funcionalidade dos seus serviços. A qualidade do acervo da biblioteca é estabelecida pelo atendimento às necessidades reais de leitura dos usuários, voltadas à busca de conhecimento, recreação e fruição estética (2009a, p. 199).

O aspecto qualitativo, portanto, requer uma dinamicidade própria, isto é, um movimento adequado que vai desde o recebimento e organização dos materiais de leitura, catalogação e empréstimo dos livros, à habilidade de planejar o espaço e atividades de leitura que cativem os estudantes, ampliando, assim, a frequência a esse ambiente de informação e cultura.

Essa qualidade integral dos serviços prestados pela biblioteca escolar desde a sua organização à promoção do desenvolvimento do leitor “é uma das formas de que a escola e a comunidade dispõem para impor a sua marca na cultura e na história” (SILVA, 2009a, p. 202). Sinal que vai ser percebido e posto em prática em seu meio social, em suas escolhas e em sua formação.

A biblioteca escolar é constituída num espaço coletivo que facilita e proporciona o compartilhamento de materiais e de experiências. O planejamento desse espaço, ou melhor, a dinamização desse ambiente, deve ter relação com o objetivo que se quer alcançar, isto é, se queremos formar estudantes leitores de jornais, revistas, faremos determinadas combinações; caso o professor queira formar leitores de poemas, caminharemos por outro viés.

Como podemos observar, se puder desempenhar o seu papel, a biblioteca escolar se converterá num espaço de resolução e

provocação de questionamentos. Dessa forma, ela poderá tornar-se elemento indispensável na elevação da qualidade do ensino [...] (SILVA, 2003b, p. 75).

Sendo assim, as palavras-chave que fundamentam o espaço físico da Sala de Leitura são: otimização e objetivos, uma vez que, diante dos objetivos de leitura, dinamiza-se o espaço otimizando o acervo e o ambiente a fim de se alcançarem os objetivos pré-estabelecidos.

Basicamente, de acordo com os Parâmetros (2010), o espaço deve comportar uma classe inteira, balcão para atendimento, computador para cadastro e pesquisa de livros. Então, olhando para a realidade apresentada nos questionários e para as realidades observadas, foi possível verificar que raros são os casos em que o espaço atende a esse quesito e também se apresenta como um mediador. Isto é,

Concentrar nossa atenção nos ambientes em que se realizam as atividades ligadas à linguagem, especialmente, no que se refere à leitura e a escrita, decorre de um modo de pensar que concebe o **espaço físico** não como mero cenário, onde se passa o ensino, mas como um aliado que interfere no desenvolvimento do conhecimento e na relação de ensino-aprendizagem. Esse aliado, aliás, apresenta propostas a esse processo, interage com ele e atua como um **mediador** (grifo nosso) (SILVA, FERREIRA e SCORSI, 2009, p. 57).

Quando isso não ocorre, o aspecto dificultador pode ser visto, já que deixar o espaço em segundo plano é não compreender que ele possibilita a formação do gosto do leitor e a capacidade de se olhar para a biblioteca escolar como um todo e não só para os livros. Entendemos, então, que

A tarefa de orientar o aluno na utilização da biblioteca e, principalmente, a de despertar nele o gosto e o hábito de leitura são as atribuições mais reveladoras da natureza educativa do trabalho biblioteconômico na escola (W. SILVA, 2003, p. 77).

Portanto, “a biblioteca deve estar desenhada para favorecer as condições de leitura” (NUÑEZ, 2005, p. 142), pois, não é pertinente tratar o estudante como um simples usuário, um frequentador, mas como alguém que está buscando se relacionar com os materiais de leitura.

Ilustramos a realidade com fotografias das duas primeiras escolas que foram contempladas com o programa sala de leitura em 2009:



Layout – Escola A



Layout – Escola B

Por meio dessas imagens é possível verificar que o espaço não tem funcionado de maneira dinâmica e, assim, não tem privilegiado ações de leitura em seu ambiente. É claro que são apenas duas imagens, mas nos questionários verificamos que algumas salas de leitura dividem o seu espaço com outros ambientes, não possuem iluminação e mobiliários adequados.

O espaço da sala de leitura está composto desta forma nas escolas que responderam ao questionário:

COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO	
Mobiliário adequado	18
Ambiente iluminado e arejado	27
Espaço próprio	26
Responsáveis pela sala de leitura	1 a 3 professores

Mesmo sendo visível que as respostas fornecidas desenham um ambiente agradável e adequado, vale lembrar que essas explicitações foram elencadas de acordo com o que cada profissional entende por *certo, bom, apropriadas*.

Contrariamente, quando olhamos para as imagens e para as outras respostas, percebemos que muito ainda precisa ser feito em prol do espaço físico, pois o espaço fundamenta-se como um importante quesito para o funcionamento da Sala de Leitura, uma vez que a dinamização do espaço, a organização e disposição dos materiais contribuem primordialmente para a realização de encontros concretos com a leitura. Se o espaço é dividido, improvisado ou insuficiente, dificultará o acesso e a permanência do estudante, que não enxergará no lugar motivação para a leitura.

3.2.3 Funcionamento – Atividades de leitura desenvolvidas

Muitas salas de leitura das escolas da diretoria são cuidadas por apenas um funcionário, apesar de a Resolução SE 70 dizer que se a escola possuir mais de um turno de ensino, outro professor se faz necessário; todavia, na realidade a situação é diferente. O responsável, desta maneira, acaba ficando sobrecarregado e o lugar não disponível totalmente ao público.

Diante deste resultado, a rotina para o atendimento acaba restringindo o acesso dos estudantes à Sala de Leitura. Diagnosticamos, por meio das respostas, que há, sim, uma rotina para o atendimento aos alunos, mas benéfica ao professor, e não ao aluno.

Por exemplo, alguns disseram que somente nas aulas de língua portuguesa o discente pode ir até a sala; outros, que para cada turma existe um horário específico, ou com agendamento feito pelo professor da sala. Poucos disseram deixar a Sala de Leitura aberta durante intervalos e saídas.

É válido ressaltar que

A burocracia costuma bloquear ou até mesmo impedir os movimentos e as ações dos indivíduos naqueles contextos onde ela se instala. Quando burocratiza por normas e/ou sistemas esotéricos (de atendimento, de horários, de catalogação, de empréstimo etc...), a biblioteca escolar estará certamente fadada ao fracasso (SILVA, 1989, p. 28).

Estar fadada ao fracasso significa dizer que, mesmo tendo todos os instrumentos fundamentais para o funcionamento do espaço, a escola não consegue atingir as necessidades primárias que são esperadas da biblioteca escolar, não consegue funcionar de acordo com sua estrutura para o ambiente, pois a excessiva preocupação com a formalidade, com a organização dos livros, com empréstimo e devolução, acaba deixando em segunda instância a formação do leitor e os mecanismos que são primordiais para se atingir esse objetivo.

Por isso, é necessário desburocratizar, isto é, “estabelecer um tipo de organização que leve em conta os interesses dos leitores e as propostas pedagógicas dos professores” (SILVA, 1989, p. 28).

Em primeiro lugar, deve estar a favor do nosso público-alvo, ou seja, o estudante, aquele que precisa enxergar a biblioteca escolar como um espaço de colaboração, de mediação para o seu desenvolvimento.

Sendo assim, a organização deste espaço e o planejamento dos exercícios com a leitura devem pensar no estudante, e não no professor mediador de leitura que trabalha neste ambiente.

A grande questão é reduzir a função da biblioteca escolar a simples função de empréstimo e devolução de livros e não a compreender como um centro de informação, que, por meio de seus materiais, tem a intenção de difundir o conhecimento e formar sujeitos que sejam competentes no uso do saber.

Silva destaca que “a biblioteca escolar pode ocupar um lugar destacado, não como depósito de saber acumulado, mas, sobretudo, como agência disseminadora desse saber e promotora da leitura” (2003b, p. 20).

Há que se entender que a Sala de Leitura precisa esperar o estudante e não o contrário. O entusiasmo pode virar desânimo com as constantes “portas trancadas” que o aluno encontrar. Pensando neste aspecto, Silva (2009a) afirma que um planejamento cuidadoso deve ser organizado para que o estudante possa encontrar a biblioteca disponível quando estiver na escola ou não.

Por isso, o teórico nos mostra que um primeiro horário deve ser aquele que possibilite a prática de pesquisa, narração de histórias ou outras atividades com a orientação do professor regente. O outro horário é aquele em que livremente se busca o espaço para se realizarem leituras, pesquisas, de acordo com o interesse de cada um.

Quanto às práticas de leituras realizadas no espaço da sala, foi possível perceber que as atividades que as escolas realizam são bastante semelhantes, por exemplo: dramatizações de histórias lidas, hora do conto, organizam o mural do leitor e pesquisas.

Realçamos então que “a leitura é um meio, é um processo para o cumprimento de determinados propósitos estabelecidos pelos organismos de socialização dos jovens e/ou pelos próprios leitores” (SILVA, 2005a, p. 32).

Quando perguntamos se desenvolvem projetos de leitura, responderam que sim. Dentre eles se destacam:

- Sacola da Leitura/ Mala Literária: os alunos levam para casa uma bolsa contendo revista, jornal e livros de curta extensão. Juntamente com a família realizam as leituras e depois anotam num caderno as impressões que tiveram sobre o material lido.
- Datas Comemorativas: os estudantes realizam leituras sobre o momento comemorado e depois fazem exposições de trabalhos. Dentre as atividades há a confecção de cartazes, apresentação de teatro e jogral sobre o assunto estudado.
- Jornal da Escola: juntamente com um grupo de alunos, o professor da sala de leitura e outros professores parceiros compõem o jornal da escola que, geralmente, é produzido duas vezes por ano por conta da verba que é fornecida pelo governo do estado.
- Sarau Literário: este projeto, recorrente em várias escolas, comporta a leitura de poemas de determinado escritor, lendas, fábulas e/ou contos.
- Feira Literária para troca de materiais que os alunos têm em casa ou para doação.
- Li, gostei e recomendo: produção de pequenos textos falando sobre o exemplar lido, escrevendo o que achou e motivando, então, o outro a ler.

A esse respeito, Silva salienta que

Além disso, a biblioteca escolar precisa converter-se num centro de atividades da escola, rompendo aquela imagem de instituição parada à qual recorremos apenas quando temos dúvidas pontuais a dirimir ou trabalhos escolares a realizar.

Núcleo de produção de textos, centro de estudos de determinadas disciplinas ou temas, palco de debates, promotora de concursos literários etc. (2003b, p. 106).

E Milanesi complementa:

Ao lado do acervo, amplo e estimulante, devem ser implantadas ações que propiciem à criança-leitora refletir sobre aquilo que absorveu e observou. Por isso, “hora do conto”, dramatizações, jogos e todo esse estímulo à criatividade, passam a ter espaço amplo. A criança não só absorve os conteúdos, mas se manifesta sobre eles, desenvolvendo também a capacidade de compreendê-los e de inventar novos conteúdos (2002, p. 59-60).

A realização desses projetos de leitura movimentam o espaço da Sala de leitura e coloca o aluno como protagonista, pois, como vimos, os exercícios com a leitura apresentados anteriormente exigem mais do estudante do que do professor que atua na Sala de Leitura. Assim, ele passa a entender que faz parte integrante deste ambiente e que a função do professor ao apresentar o que precisa ser realizado é a de fazê-lo entender que o ambiente de leitura e os materiais são suportes para a construção de sua aprendizagem.

3.2.4 Acervo

O acervo que compõe a biblioteca escolar deve ser diverso e atual. Para que isso ocorra, as escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente, assim como de outras regiões, recebem livros que são analisados e escolhidos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)¹¹.

¹¹ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. São distribuídos às escolas por meio do PNBE; PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático, acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) são atendidas pelo programa sem necessidade de adesão. O PNBE é composto pelos seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal; poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagens e histórias em quadrinhos. A distribuição dos acervos de literatura ocorre da seguinte forma: Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já nos anos ímpares a distribuição ocorre para as

A conservação do acervo, de acordo com os questionários, é boa e há uma variedade de títulos. Este recebimento vem, prioritariamente, do Programa Nacional Biblioteca Escolar e de outros meios: doações, projetos, entre outros. Por termos ambientes iluminados e arejados, isso colabora na conservação dos livros.

Sendo assim, há uma observância de que o acervo é bastante adequado, uma vez que os critérios para a escolha dos exemplares são rígidos e, além destes itens, as escolas recebem periódicos¹² que são assinados pelo governo do estado.

“Se há algo que possamos apontar de positivo acerca das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino, sobretudo no estado de São Paulo, hoje em dia, é, sem dúvida, o fato de que, nelas, livros não faltam” (KLEBIS, 2008, p. 42).

Essa diversidade faz com que a escola possua um acervo rico e organizado para que se tenha, pelo menos, um título para cada aluno. Assim, a composição do acervo produz um ambiente favorável para a formação do leitor.

Para Silva,

O acervo da biblioteca escolar, além de oferecer suporte aos conteúdos discutidos em sala de aula, proporcionará ao aluno encontrar-se com materiais que atendam a sua curiosidade pessoal e com outros que não a atendiam até aquele momento, mas que a partir da consulta à biblioteca, teve sua curiosidade despertada (2009b, p. 128).

A organização deste acervo deve ser planejada para que o usuário/estudante encontre o que precisa com facilidade, com autonomia. Por isso, essa organização pode ser feita por autor, título ou assunto. A maneira de se encontrar determinado material deve ser ensinada, pois é fato que a criação da autonomia deve ser uma conquista desde os primeiros contatos com os materiais de leitura.

Silva ainda destaca que “cada aluno tem o direito de escolher o livro que deseja ler, portanto, é preciso que vá às prateleiras, manuseie e não seja obrigado a emprestá-lo, mas estimulado a querer emprestá-lo” (2009b, p. 133).

Podemos ilustrar essas afirmações com outras duas fotografias:

escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Acesso em 22/07/2015 às 17h25.

¹² Revistas: Veja, Istoé, Época, Nova Escola entre outras; Jornais: Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo.



Disposição do acervo – Escola A



Disposição do acervo – Escola B

Visualizamos, então, que a organização do acervo facilita ao estudante a possibilidade de autonomamente buscar as leituras que lhe satisfaçam. Percebemos que não se trata de um amontoado de livros e que as indicações em cada estante favorece esse caminhar por entre as prateleiras em busca do que se deseja.

Logo, Milanesi sustenta que “o acervo deve estar preparado não só para atender ao programa de leitura dado pelos mestres, mas também para permitir voos independentes” (2002, p. 67).

Em relação à organização e conservação do acervo, os professores responderam que ele está disposto por gênero e por ordem alfabética. Apenas uma escola disse organizar utilizando-se da ordem numérica de catalogação. Esta tarefa é uma das intenções da diretoria quanto à organização, mas, por enquanto, os livros estão disponíveis aos alunos de uma maneira mais simples, artesanal, o que facilita a busca pelo aluno.

Os livros estão em um bom estado de conservação e isto é favorável para a escola, que, diante de bons instrumentos, pode reconhecer as formas, cheiros e cores dos materiais.

Finalizando, em relação aos Parâmetros (2010) temos que

A biblioteca conta com acervo de livros compatível com o número de alunos:

- no nível básico: a partir de um título por aluno;
- no nível exemplar: a partir de quatro títulos por aluno, não sendo necessário mais do que cinco exemplares de cada título.

O acervo contempla a diversidade de gêneros textuais e de fontes de informação destinadas aos variados usos escolares, tais como: enciclopédias, dicionários, almanaques, atlas, etc.

Além de livros a biblioteca escolar conta com revistas e outros materiais não impressos, como: documentos sonoros, visuais e digitais (CAMPELLO, 2010).

Além desse aspecto, mediante questões que buscavam interpelar o docente sobre o impacto da leitura, sala de leitura nas ações escolares e em consonância com os documentos oficiais, três questões abertas foram dispostas e os professores responderam que a Sala de Leitura dialoga com o projeto político-pedagógico da unidade escolar na medida em que promove a estímulo à leitura e à escrita e buscam favorecer o desenvolvimento da competência leitora e escritora; assim, apoia o trabalho pedagógico dos professores, uma vez que

A biblioteca da escola deve estar organizada de modo que proporcione aos alunos e aos demais membros da comunidade escolar a busca pela leitura. Além disso, ela coopera com as ações da escola, pois fornece aos estudantes espaço para a pesquisa e estudos nos momentos de aprendizagem (R. SILVA, 2009, p. 116).

Estes argumentos condizem com as orientações advindas da diretoria de ensino de Presidente Prudente e da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (EFAP). Ambas, obviamente, estão interligados e buscam, juntamente com os

professores, realizar um trabalho que vá ao encontro dos dizeres que estão expostos no Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Desta forma, as ações da Sala de Leitura precisam contribuir com a formação do leitor, oportunizando acesso e permanência do estudante no ambiente de leitura.

REFLEXÕES

O papel que a leitura exerce na escola e na sociedade fundamenta um trabalho amplo de constituição do sujeito e formação da cidadania. Ler, numa perspectiva cultural, histórica e dialógica, requer um sujeito que seja protagonista, isto é, que não receba passivamente as informações que lhe são transmitidas, mas que, num processo, molde o significado dessas informações, conferindo-lhe sentido, estabelecendo relações e dialogando o novo conhecimento com o já incorporado.

A leitura para este estudo põe-se como um objeto do conhecimento, funcionando como instrumento do saber. Tal condição precisa efetivar-se na escola para que, de fato, a aprendizagem seja aperfeiçoada e o sujeito compreenda a importância desta prática para a sua formação.

Como suporte, a sala de leitura se constitui como um espaço estruturado e dinamizado para o exercício pleno da prática da leitura, podendo oferecer à clientela uma provável formação leitora.

Assim, a presente pesquisa buscou, no decorrer destas páginas, compreender como a sala de leitura tem funcionado nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente e apresentar, por meio da fundamentação teórica, aquilo que é preciso para que este espaço possa ampliar as possibilidades de atendimento das necessidades para as quais foi requisitado.

A metodologia que sustentou o encaminhamento deste objetivo principal do estudo permitiu que pudéssemos constatar, principalmente, o que os mecanismos legais discorrem acerca do Programa *Sala de Leitura*, de suas atribuições, e como essas especificidades são colocadas em prática em cada ambiente escolar; se as práticas divergem ou convergem com pressupostos legais.

Por isso, para iniciarmos o percurso, foi preciso realizar uma análise documental para que, assim, conhecêssemos realmente a maneira como a sala de leitura deve se organizar para funcionar e outras legislações que discutem acerca da função, organização e estrutura da biblioteca escolar.

Após essas leituras, e com base nas publicações do Diário Oficial do estado de São Paulo, elencamos o número de escolas da diretoria de Presidente Prudente que foram contempladas com o Programa *Sala de Leitura* e as que ainda não o receberam, além de entrar em contato com as resoluções e instruções específicas que discorrem sobre o programa sala de leitura.

Depois desse momento foi possível aplicar o questionário com todas as escolas e analisar as respostas daquelas que já foram contempladas com o programa e, deste modo, traçar o perfil do profissional que atua como mediador de leitura e verificar como as práticas de leitura acontecem nesse espaço ou por meio dele.

Com base nestes aspectos, verificamos que para que de fato a sala de leitura atenda às necessidades para as quais ela foi estruturada, a dinamização do espaço deve colaborar na obtenção de práticas de leitura eficazes. Ressaltamos que na biblioteca escolar não são o silêncio e o resguardo as características que devem operar, tampouco professores impossibilitados de exercerem o seu papel (KLEBIS, 2008).

Em relação ao intenso silêncio e à arrumação, o professor deve entender que esta não deve ser a sua principal preocupação e que,

agindo assim, além de conquistar para si e para a biblioteca a antipatia do leitor, o professor estará desperdiçando um tempo precioso que poderia ser destinado, por exemplo, à orientação do usuário e à criação de atividades e serviços visando à dinamização da biblioteca (SILVA, 2003b, p. 63).

Entretanto, algumas escolas que participaram da pesquisa apresentaram realidades contrárias quando questionamos sobre o espaço físico, isto é, 13,3% (4 escolas) não possuem espaço próprio e 40% (12 escolas) não possuem mobiliário adequado. Parece um número pequeno, porém, conforme as duas fotografias mostram, as outras escolas podem ter optado por outras opções e não existir na sala de leitura espaço suficiente para o trânsito e recebimento de alunos. Notório destacar que esta análise foi feita com as escolas já contempladas pelo programa e, mesmo assim, algumas lacunas ainda são visíveis.

Verificamos também que deve existir, desta maneira, dinamização, movimentação, visto que a função maior da biblioteca escolar deveria ser a de “promover ou ao menos permitir a construção das relações entre leitores e livros” (KLEBIS, 2008, p. 42).

Todavia, nos questionários, a realidade mostra que esta interação livro, aluno, espaço, fica restrita a horários específicos, agendas que devem ser seguidas a fim de gerar organização, disciplina. Apesar de as teorias destacarem que a biblioteca escolar é um lugar público e democrático, essa rigidez no horário impossibilita a construção da leitura por meio do acesso à biblioteca escolar.

A importância adquirida pela leitura ultrapassa o limite informativo a ela destinado e avança para uma prática que possibilita a formação da cidadania, por meio de discussões cujo objetivo é envolver o sujeito e o incluir na cultura letrada que dialoga a leitura e a escrita com a prática social.

Segundo Brandão,

Numa sociedade letrada, a escrita adquire função de suma importância, porque, além de seu papel documental de guardião da tradição, ela é instância instauradora de diálogos nas várias dimensões espaciais e temporais.

Da mesma forma, a leitura na cultura escrita passa a ser uma prática social de alcance político, por ser atividade constitutiva de sujeitos capazes de inteligir o mundo e nele atuar, exercendo a cidadania. (2005, p. 273).

As escolas buscam privilegiar essas práticas com os projetos de leitura realizados nas escolas, pois trabalham com as práticas de leitura e de escrita com objetivos pré-estabelecidos, como divulgar uma história, produzir fichas com resumos dos exemplares lidos, realização de peças teatrais ou apresentação de saraus.

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber, por meio das respostas dadas ao questionário, que muito se tem feito pela leitura na escola e o movimento existente na sala de leitura é a prova disso. Não fizemos uma contagem de quantos livros os alunos leem, como essa leitura acontece e se tudo isso colabora para que a escola tenha resultados positivos nas avaliações externas e internas, pois essa abordagem fugiria do objetivo central da pesquisa e exigiria, para compreender tudo isso, um tempo mais extenso. Pode ser que esses quesitos sejam levados para o Doutorado e lá possamos verificar o impacto da leitura perante o resultado das avaliações externas e internas.

Pensar nos resultados que obtivemos é pensar numa instância que está caminhando e que vem aperfeiçoando o seu espaço. É refletir sobre um programa que foi implantado em 2009 e que até hoje não atingiu todas as escolas pertencentes à diretoria de ensino de Presidente Prudente; porém, nos locais onde funciona, estabelece, de acordo com o questionário, um trabalho adequado de incentivo à leitura.

Sendo assim,

É fundamental que a biblioteca escolar desenvolva atividades que visem o leitor-potencial, aquele que não a frequenta, porque ainda não foi conquistado para fazê-lo. Logo, além de estar atenta para as

necessidades e interesses dos seus leitores, a biblioteca escolar deve identificar as expectativas dos não leitores e empreender atividades capazes de satisfazê-las, como forma de atraí-los (W. SILVA, 2003, p. 107).

A leitura na escola deve aparecer e acontecer com mais eficácia e precisão, pois, como vimos no início deste trabalho, além de ser o princípio norteador essencial expresso nos documentos oficiais, as avaliações externas de rendimento escolar e as avaliações internas cobram a formação de um sujeito que, além de compreender o que é necessário, compreende e produz sentido ao que lhe é apresentado.

Conceber a sala de leitura como espaço que fundamenta e complementa as ações pedagógicas é pensá-la como espaço que reúne diversos saberes e possibilita ao estudante a ampliação e aperfeiçoamento dos conhecimentos construídos dentro da sala de aula. Entender, portanto, tal atribuição, é olhá-la com o intuito de reforçar esse ideal e dinamizá-la para esse fim.

REFERÊNCIAS

ABREU, Vera L. F. G.. A coleção da Biblioteca Escolar. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. 2.ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 29-32.

AMATO, Mirian; GARCIA, Neise A. R.. A biblioteca na escola. In: GARCIA, Edson Gabriel (coord.) **Biblioteca Escolar**: estrutura e funcionamento. São Paulo: Loyola, 1989. P. 9-23.

AMORIM, Galeno et al (Org.). **Cadernos da Ibero-América**: Políticas Públicas do Livro e da Leitura. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

ARENA, Dagoberto Buim. Leitura no espaço da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 157-185.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane (elaboração). **Por uma política de formação de leitores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L. e SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de Língua Portuguesa e contexto teórico-metodológico. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel (Orgs.). **Gêneros Textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. P. 39-49.

BORTOLIN, Sueli; JUNIOR, Oswaldo F. A. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 205-218.

BRANDÃO, Helena H. N. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2ª Ed. Ver. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. P.265-273.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Básica. **PNBE**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:programa-nacional-biblioteca-da-escola&catid=309:programa-nacional-biblioteca-da-escola&Itemid=574> Acesso em 22 de julho de 2015 às 17h25.

BRASIL. Constituição (2010). Lei nº 12244, de 24 de janeiro de 2010. **Dispõe Sobre A Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. 1ª a 4ª série. Brasília: MEC. Secretaria da Educação, 1997.

BRITTO, Luiz P. L. Leitura e formação na educação escolar: algumas considerações inevitáveis. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 187-203.

BRITTO, Luiz P. L. O ensino da leitura e da escrita numa perspectiva transdisciplinar. In: BAGNO, Marcos (et. al.), CORREIA, Djane Antonucci (org.). **Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. P. 51-77.

BUTLEN, Max. A biblioteca na escola e na biblioteca multimídia: entre o poder e o desejo. In: BECKER, Paulo Ricardo; RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005. P.153-167.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Biblioteca e Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. 2.ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 17-19.

CARVALHO, Daniela C. Leitura na Escola: caminhos para a dinamização. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). **Leitura na escola**. São Paulo: Global: ABL-Associação de Leitura do Brasil, 2008. P. 55-73.

CARVALHO, Valdirene R. **A leitura e a biblioteca escolar: o caso da rede estadual de São Paulo**. Mestrado acadêmico em educação instituição de ensino: Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CONGRESSO NACIONAL. Constituição (2003). Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Institui A Política Nacional do Livro**. Brasil.

COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS. Comunicado Conjunto Cenp/Cogsp/Cei, de 3 de outubro de 2008. **Dispõe Sobre A Classificação da Despesa Orçamentária E, Considerando A Necessidade de Normatizar O Processo de Adequação dos Livros Recebidos Pelas Entidades e Unidades Escolares à Legislação Vigente**. São Paulo, 3 out. 2008. v. 118, n. 187, p. 30-31.

COSTA, Marta M. **Sempre viva, a leitura**. Curitiba: Aymará, 2009.

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção do leitor cosmopolita. In: MARTINS, Aracy; PAIVA, Aparecida; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (Orgs.). **Leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. P. 71-84.

EDUCAÇÃO, Ministério da Cultura e. **PNLL - Plano Nacional do Livro e da Leitura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pnll>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

FERREIRA, Eliane A. G. R. A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 69-96.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 48. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GALVÃO, Ana M. O. Leitura: algo que se transmite entre as gerações? In: MASAGÃO, Vera (Org.). **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001**. 2 ed. São Paulo: Global, 2004.

GIROTTI, Cyntia G. G. S.; SOUZA, Renata J. A hora do conto na biblioteca escolar: o diálogo entre a leitura literária e outras linguagens. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 19-47.

GRUPO de Estudos em Biblioteca Escolar. **Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: GEBE, 2010. Disponível em: <http://www.cfb.or.br/miolo.pdf>. Acesso em: julho de 2015.

GUIMARÃES, Janaína. **Biblioteca Escolar e Políticas Públicas de Incentivo à Leitura: de Museu de Livro a Espaço de Saber e Leitura**. Presidente Prudente: [s.n], 2010.

KLEBIS, Carlos E. O. **Leitura e envolvimento: a escola, a biblioteca e o professor na construção das relações entre leitores e livros**. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2006.

KLEBIS, Carlos E. O. Leitura na escola: problemas e tentativas de solução. In: SILVA, Ezequiel T. (Org.). **Leitura na escola**. São Paulo: Global: ABL-Associação de Leitura do Brasil, 2008. P. 33-46.

KLEIMAN, Angela B. Contribuições teóricas para o desenvolvimento do leitor: teorias de leitura e ensino. In: BECKER, Paulo Ricardo; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005. P. 21-41.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEAL, Leiva F. V. Biblioteca escolar como eixo estruturador do currículo escolar. In: BECKER, Paulo Ricardo; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005. P.168-182.

LEFFA, Wilson J. **Aspectos da leitura**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

LERNER, Délia. **Ler e escrever na escola**: o real, o possível e o necessário. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2002. Tradução Ernani Rosa.

MARIANI, Bethania S. C. Leitura e condição do leitor. In: YUNES, Eliana (Org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 107-109.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 8ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MILANESI, Luis. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MOURA, André M.; ALFREDO, Marinês E. Sala de aula e formação de leitores: novas chamadas sobre chagas antigas. In: SOUSA, Ana Claudia de; MENIN, Ana Maria C. S.; SOUZA, Renata J. (Orgs). **Nas teias do saber**: ensaios sobre leitura e letramento. Meioimpresso produções, 2005. P. 54-64.

NÓBREGA, Nanci G. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. In: YUNES, Eliana (Org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio; São Paulo: Loyola, 2002. P. 120-135.

NUÑEZ, Eloy M. Espaço de leitura: projetos, conteúdos e animação cultural. In: BECKER, Paulo Ricardo; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Leitura e animação cultural**: repensando a escola e a biblioteca. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005. P.121-152.

OLIVEIRA, Martha K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipicone, 1997.

PAIVA, Aparecida. A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 137-155.

PERIN, Denise A. **Mediadores e espaços de leitura**: a prática em escolas municipais de Presidente Prudente [s.n], 2009.

PIMENTEL, Claudia. **Espaços de livro e leitura**: um estudo sobre as salas de leitura de escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro. Doutorado em educação instituição de ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

POLIDO, Nagila E. S. **Salas de leitura da rede municipal de ensino do Estado de São Paulo**: caminhos possíveis para redimensionar seu funcionamento. Doutorado em Educação instituição de ensino: Universidade de São Paulo, 2012.

PSZCZOL, Eliane. O Papel do Proler em uma Política Nacional de Leitura. In: SILVA, Ezequiel T. (Org.). **Leitura na escola**. São Paulo: Global: ABL-Associação de Leitura do Brasil, 2008. P. 11-32.

QUEIRÓS, Bartolomeu C. Literatura: leitura de mundo, criação de palavra. In: **Pensar a leitura**: complexidade. Yunes, Eliana (Org.). Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

QUEIRÓS, Bartolomeu C. Livro é passaporte, é bilhete de partida. In: VERSIANI, Daniela B.; YUNES, Eliana; CARVALHO, Gilda. **Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura**. São Paulo: Editora UNESP. Rio de Janeiro: Cátedra Unesco de Leitura PUC-RIO, 2012.

RÖSING, Tania M. K. Dinamizando a biblioteca, ressignificando a escola. In: BECKER, Paulo Ricardo; RÖSING, Tania M. K. (Orgs.). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005. P.213-221.

SANTOS, Caroline C. S.; SOUZA, Renata J. Programas de Leitura na biblioteca escolar: a literatura a serviço da formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 97-114.

SÃO PAULO (Estado). **Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Alice Vieira. São Paulo: SEE, 2010.

SÃO PAULO. Constituição (2014). Resolução-SE nº 12, de 18 de março de 2014. **Dispõe Sobre A Situação Funcional dos Servidores da Secretaria da Educação Que Se Encontram na Condição de Readaptados, e Dá Providências Correlatas**. São Paulo, 18 mar. 2014.

SÃO PAULO. **Dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual**. Resolução SE n. 70, de 21 de outubro de 2011. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/70_11.HTM?Time=19/01/2015%2011:55:11 Acesso em 19 de janeiro de 2015 às 11h50.

SÃO PAULO. Ministério da Educação. Instrução Conjunta Cenp/DRHU, de 2009. **Instrução referente ao processo seletivo para o exercício das atribuições de professor responsável pela Sala ou Ambiente de Leitura nas escolas da rede estadual de ensino**. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Diário Oficial São Paulo, v. 119, p. 20 a 22, março. 2009.

SÃO PAULO. Resolução n. 15, de 2009. **Dispõe sobre a criação e organização de Salas de Leitura nas escolas da rede estadual de ensino**, São Paulo, Diário Oficial, v. 118, p. 39, fevereiro. 2009.

SÃO PAULO. **Centro de Referência em Educação: Programa Sala de Leitura**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_1.php?t=saladeleitura>. Acesso em: 04 de dezembro de 2014 às 17h50.

SÃO PAULO. **Centro de Referência em Educação: Programa Sala de Leitura**. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_1.php?t=saladeleitura>. Acesso em: 30 de outubro de 2014 às 11h20.

SÃO PAULO. **Centro de Referência em Educação: Programa Sala de Leitura.** Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ntc_1.php?t=saladeleitura>. Acesso em: 30 de outubro de 2014 às 9h50.

SERRA, Elizabeth D'Angelo. Políticas de promoção da leitura. In: MASAGÃO, Vera. **Letramento no Brasil, reflexões a partir do INAF 2001.** 2 ed. São Paulo: Global, 2004.

SILVA, Ezequiel T. Biblioteca escolar: da gênese à gestão. In: RÖSING, Tania M. K.; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas.** São Paulo: Global, 2009a. p.187-204.

SILVA, Ezequiel T. **Unidade de leitura** – trilogia pedagógica. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Ezequiel T. **Conferências sobre leitura** – trilogia pedagógica. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005a.

SILVA, Ezequiel T. **Leitura em curso** – trilogia pedagógica. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b (Coleção Linguagens e sociedade).

SILVA, Ezequiel T. **Leitura na escola e na biblioteca.** 8.ed. Campinas, SP. Papyrus, 2003a.

SILVA, Ezequiel T. O bibliotecário e a formação do leitor. In: BARZOTTO, Valdir H. (Org.). **Estado de Leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. P. 159-167.

SILVA, Ezequiel T. Biblioteca Escolar: Quem cuida? In: GARCIA, Edson G. (coord.) **Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento.** São Paulo: Loyola, 1989. P. 9-23.

SILVA, Lílian L.M.; FERREIRA, Norma S. de A.; SCORSI, Rosalia de A. Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. P. 49-67.

SILVA, Rovilson J. Bibliotecar escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata J. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009b. P. 115-135.

SILVA, Waldeck C. **Miséria da biblioteca escolar.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003b. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 45).

SOARES, Magda. Ler, verbo transitivo. In: MARTINS, Aracy; PAIVA, Aparecida; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (Orgs.). **Leituras literárias: discursos transitivos.** Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2005. P. 29-34.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

UNESCO. **Manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO.** 1999.

YUNES, Eliana (Org.). **Pensar a leitura:** complexidade. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ZILBERMAN, Regina (Org.). **Leitura em crise na escola:** as alternativas do professor. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

ZILBERMAN, Regina. A escola e a leitura da literatura. In: RÖSING, Tania M. K.; ZILBERMAN, Regina (Orgs.). **Escola e leitura:** velha crise, novas alternativas. São Paulo: Global, 2009. p.17-39.

ZILBERMAN, Regina. **Fim do livro, fim dos leitores?** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ZILBERMAN, Regina. Sociedade e Democratização da leitura. In: BARZOTTO, Valdir H. (Org.). **Estado de Leitura.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999. P. 31-45.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Questionário



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Projeto de Pesquisa: Funcionamento e organização das Salas de Leitura da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente – São Paulo

Aluna pesquisadora: Josany Leme da Silva Batista

Professor Orientador: Prof. Dr. Odilon Helou Fleury Curado

Questionário sobre:

- . Perfil do professor da Sala de Leitura
- . Espaço Físico
- . Atividades de leitura desenvolvidas
- . Utilização do acervo

Público-alvo: Professores da Sala de Leitura

Data: Maio e Junho/2014

Por gentileza, responda às questões abaixo. A seriedade em suas respostas auxiliará na reflexão acerca dos aspectos elencados acima.

Escola:

Diretoria de Ensino de Presidente Prudente

1) PERFIL

Idade: () 20 a 25 () 26 a 30 () 31 a 35 () 36 a 40 () 41 a 45
 () 46 a 50 () 51 a 55 () 56 a 60 () mais de 60.

Sexo: () masculino () feminino

Tempo no magistério: _____

Situação funcional: () Categoria. Qual: _____ () Efetivo ()

Readaptado

A sua formação insere-se em quais dessas grandes áreas:

- () Linguagens Códigos e suas tecnologias
- () Ciências Humanas e suas tecnologias
- () Ciências Exatas e suas tecnologias
- () Ciências Biológicas e suas tecnologias

Especifique:

Participa das reuniões de ATPC?

- () Sim
- () Não

2)ESPACO FÍSICO

Há mobiliário adequado para os usuários da Sala de Leitura?

- () Sim
- () Não

O ambiente é bem iluminado e arejado?

- () Sim
- () Não

A biblioteca possui um espaço:

- () próprio
- () improvisado
- () dividido com outros ambientes

3)FUNCIONAMENTO

Em sua escola, quantas pessoas são responsáveis pelo funcionamento da Sala de Leitura?

1 a 3

4 a 6

Você desenvolve atividades de leitura na biblioteca?

Sim Não

Se sim, especifique-os detalhadamente

Desenvolve Projetos de Leitura?

Sim Não

Se sim, especifique-os detalhadamente

Há um Planejamento Anual de dinamização da Sala de Leitura?

Sim Não

Se sim, exemplifique esta organização

O acesso aos livros acontece de que forma?

com carteirinha

o aluno pode levar livro para casa

empréstimo pelo professor da sala

alunos não vão à biblioteca

leitura apenas na biblioteca

Existe uma rotina para atendimento dos alunos?

Sim Não

Como ocorre?

Como o aluno se orienta dentro da Sala de Leitura?

- sozinho
- o professor da sala de aula faz as indicações
- o professor da sala de leitura indica os livros que devem ser lidos

4)ACERVO

Como o acervo está disposto?

- por gênero
- por faixa etária
- por série
- por ordem alfabética
- Outro. Qual:

Em qual estado de conservação se encontram os livros?

- bom
- ruim
- adequado

5)OUTRAS QUESTÕES

De que forma as ações da Sala de Leitura dialogam com o Projeto Político Pedagógico da escola?

Você recebe orientações da Secretaria da Educação para realizar trabalho de promoção da leitura?

- sim
- não

Se respondeu afirmativamente, quais são as orientações?

Como você avalia o impacto das ações da Sala de Leitura para o trabalho do professor em sala de aula? Ou talvez para a formação do leitor?

ANEXO

DOE 13.03.2013 – Seq I – p.157

CONCURSO PÚBLICO ANALISTA SOCIOCULTURAL, ANALISTA ADMINISTRATIVO e AGENTE TÉCNICO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

INSTRUÇÕES ESPECIAIS SE Nº 01/2013

[...]

ANEXOS

ANEXO I - DAS ATIVIDADES A SEREM EXERCIDAS, DE ACORDO COM AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

A - ANALISTA SOCIOCULTURAL

Em conformidade com Lei Complementar 1.080 de 17 de dezembro de 2008, as atividades serão exercidas na Unidade Central - Centro de Referência em Educação Mario Covas / SP e Unidades Locais - bibliotecas, salas e ambientes de leitura, unidades de documentação e informação - obedecendo ao conceito de rede.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Participar do planejamento e da gestão:
- Quanto à estruturação do espaço físico, organização e controle patrimonial dos acervos e funcionamento, em articulação com a unidade coordenadora central da Secretaria da Educação – Centro de Referência em Educação Mario Covas;
- Da implantação/implementação de sistemas informatizados;
- De Programas, Projetos e Ações, em seu âmbito de atuação, propostos pela Secretaria de Educação e Órgãos Centrais;
- Do Programa de Orientações Técnicas oferecido às equipes regionais e locais;
- Das ações voltadas à mediação cultural e promoção da leitura;
- Dos Sistemas de Empréstimo entre escolas;
- Participar da definição de indicadores, ferramentas de diagnóstico, monitoramento e gestão para avaliação dos serviços oferecidos;
- Monitorar o recebimento de material bibliográfico, mobiliário, equipamentos e outros.

- Participar da elaboração e apresentação de relatórios sobre as atividades e serviços desenvolvidos, para análise e acompanhamento dos trabalhos;
- Participar de cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento promovidos pela SEE/EFAP/CRE Mario Covas e por entidades externas, no Brasil e exterior;
- Participar de reuniões de equipes de trabalho pedagógico para integração e articulação de ações em seu ambiente de trabalho;
- Participar da elaboração de instruções quanto à segurança, organização, funcionamento e utilização dos espaços/ambientes de leitura.

FORMAÇÃO DE ACERVO

- Reunir, selecionar e organizar acervos documentais (livros, revistas, materiais multimídia e outras mídias digitais);
- Propor a aquisição de acervo de livros, periódicos, materiais multimídia e outras mídias digitais;
- Manter serviço de intercâmbio com Bibliotecas e Centros de Documentação para troca de experiências, informações e serviços.

PROCESSAMENTO TÉCNICO

- Executar atividades relativas à representação descritiva e representação temática em sistema informatizado que incluem: catalogação, classificação, indexação e resumo;
- Participar da estruturação e efetivação da padronização dos serviços técnicos de tratamento da informação.

SERVIÇOS

- Realizar levantamentos bibliográficos em fontes de informação virtuais e presenciais;
- Executar serviços de normalização técnica da produção institucional da SEE;
- Orientar equipes técnicas e administrativas quanto ao uso de ambientes de leitura e quanto aos procedimentos de estudo, pesquisa e leitura em todos os suportes e mídias;
- Promover, executar ações e oferecer divulgação de serviços, disseminação da informação e empréstimo de documentos;
- Zelar pela organização, preservação e manutenção do acervo, bem como, conservação do ambiente, orientando para o uso responsável.

AÇÃO CULTURAL

- Promover e executar ações voltadas à:
- Mediação cultural e promoção da leitura em diversos suportes (livros, revistas, jornais, e-books, e-readers entre outros);
- Divulgação e uso de novas mídias e suportes;
- Letramento informacional/competência informacional.

[...]